



Ser bilíngue/multilíngue em Manaus/AM: análise sobre a vantagem do ensino internacional para o mercado de trabalho do Polo Industrial de Manaus sob o viés da língua e da conexão cultural

Lara Simone Osório Chaves

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa

Dezembro, 2024



Ser bilíngue/multilíngue em Manaus/AM: análise sobre a vantagem do ensino internacional para o mercado de trabalho do Polo Industrial de Manaus sob o viés da língua e da conexão cultural.

Lara Simone Osório Chaves

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabelle Simões Marques

Dezembro, 2024

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida. Aos meus pais, Fernanda e Cláudio, pela oportunidade de usufruir das melhores escolas desde os primeiros anos de vida. Aos meus filhos, Sophia e Bernardo, por me ensinarem diariamente muito além do que permitem os bancos de uma instituição de ensino.

Dedicatória

À Vânia Maria da Silva Pimentel, *in memoriam*, minha mestra querida, professora de referência em literatura brasileira e portuguesa no Amazonas, dedico este trabalho em agradecimento por despertar em mim todo o amor pela língua portuguesa, “a flor do lácio, inculta e bela”. Registro aqui a minha eterna admiração e a minha saudade!



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho. Confirmando que não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

Universidade Aberta, 19 de dezembro de 2024.

Lara Simone Osório Chaves

Ser bilíngue/multilíngue em Manaus/AM: análise sobre a vantagem do ensino internacional para o mercado de trabalho do Polo Industrial de Manaus sob o viés da língua e da conexão cultural

RESUMO: Ao longo da História, o ensino evoluiu, atendendo a necessidades específicas de formação individual. A formação do cidadão é vista como um processo complexo, inserido em um amplo contexto social, onde o indivíduo se reconhece como parte ativa da sociedade, refletindo sobre seus direitos e deveres. Esta dissertação foca na caracterização do ensino internacional em Manaus/AM (Brasil), tendo como exemplo a Amazonas English Academy – AEA. Além disso, são apresentados resultados de uma pesquisa realizada com os pais dos alunos da AEA, fornecendo insights sobre a percepção do ensino internacional. A dissertação também discute aspectos como a contextualização regional, o currículo escolar bilíngue e a competitividade para ingresso em universidades. Revela-se as vantagens desse modelo educacional em comparação ao sistema brasileiro, com base em dados do PISA, evidenciando também a consolidação do ensino bilíngue na cidade, influenciada pela presença de indústrias estrangeiras no Polo Industrial de Manaus.

Palavras-chave: Ensino bilíngue; Ensino Internacional; Educação; Cidadania; Conexão Cultural; Empregabilidade

Being bilingual/multilingual in Manaus/AM: analysis of the advantage of international education for the job market of the Manaus Industrial Pole from the perspective of language and cultural connection

ABSTRACT: Throughout History, education has evolved, meeting specific individual formation needs. Citizenship formation is viewed as a complex process, embedded in a broad social context where the individual recognizes themselves as an active part of society, reflecting on their rights and duties. This study focuses on characterizing international education in Manaus, Brazil, using the Amazonas English Academy - AEA as an example. Additionally, insights from a survey conducted with AEA students' parents are presented, providing insights into the perception of international education. The paper also discusses aspects such as regional contextualization, bilingual school curriculum, and competitiveness for university admission. The advantages of this educational model compared to the Brazilian system are revealed, based on PISA data, also highlighting the consolidation of bilingual education in the city, influenced by the presence of foreign industries in the Manaus Industrial Pole.

Keywords: Bilingual teaching; International teaching; Education; Citizenship; Cultural Connection; Employability

ÍNDICE

Introdução.....	09
Capítulo 1- Sobre a Educação no Brasil e a importância do ensino bilíngue	
1.1 A educação como forma de acesso à cidadania.....	10
1.2 A pedagogia e a educação.....	15
1.3 A Lei de Diretrizes e bases da Educação: Os níveis de formação no Brasil.....	17
1.3.1 Principais pontos da LDB.....	21
1.4 O ensino bilíngue – as experiências no estado do Amazonas.....	23
1.5 Uma experiência bilíngue no ensino público do Amazonas.....	28
1.6 O ensino internacional.....	30
Capítulo 2 - Amazonas English Academy (AEA): Uma experiência de ensino internacional em Manaus	
2.1 Apresentação da Amazonas English Academy.....	32
2.2 Contextualização regional.....	36
2.3 Currículo escolar tradicional e o currículo escolar bilíngue.....	37
2.4 Competitividade para ingresso nas universidades brasileiras e estrangeiras.....	40
2.5 Comparação do desempenho escolar entre Brasil e Reino Unido (PISA).....	41
2.6 Resultados de pesquisa realizada com os pais de alunos da AEA.....	42
Capítulo 3 - Uma análise do impacto do ensino educacional brasileiro a partir dos dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)	
3.1 Confederação Nacional da Indústria.....	45
3.2 Aspectos gerais e estratégicos da CNI para a educação e competitividade.....	49
3.3 Polo Industrial de Manaus.....	51
3.4 A educação no mapa.....	55
3.5 Relações de trabalho no mapa estratégico do Amazonas.....	56
Conclusões.....	59
Bibliografia.....	62
Anexos.....	64

ÍNDICE DE IMAGENS

ANEXO I – Sala de aula da Amazonas English Academy – AEA

ANEXO II – Prática musical na Amazonas English Academy – AEA apresentando um modelo de metodologia ativa no ensino da língua inglesa.

ANEXO III – Escola Estadual de Tempo Integral (Eeti) José Carlos Mestrinho recebe o selo Label France Education pela qualidade de ensino da língua francesa.

ANEXO IV – Parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM) e a Fundação Japão para dar continuidade às atividades pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual de Tempo Integral Professor Djalma Batista

ANEXO V – Amostra Cultural japoneses na Escola Estadual de Tempo Integral Djalma Batista (bilíngue: português/japonês)

ANEXO VI – Centro de Tempo Integral João dos Santos Braga (escola bilíngue português-espanhol)

ANEXO VII – Inauguração de Escola bilíngue português-espanhol em Manaus

ANEXO VIII – Posição do Brasil no Ranking Global de Competitividade

LISTA DE ABREVIATURAS

ABF – Associação Brasileira do Franchising

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AEA – Amazon English Academy

AICE - Advanced International Certificate of Education

CNI – Confederação Nacional da Indústria

EAD – Educação à Distância

ELT - English Language Teaching

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

GCSE - General Certificate of Secondary Education

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Produtos e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IELTS – International English Language Testing System

II – Imposto de Importação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISS - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza

LDB – Leis de Diretrizes e bases da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

PPB - Processo Produtivo Básico

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TOEFL – Test of English as a Foreign Language

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

ZFM – Zona Franca de Manaus

INTRODUÇÃO

A educação é uma das pedras angulares para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. No contexto brasileiro, ela é reconhecida como um meio fundamental de acesso à cidadania, proporcionando oportunidades de crescimento e participação ativa na sociedade. Neste trabalho, exploraremos a importância do ensino bilíngue como uma ferramenta essencial para a formação integral dos indivíduos, especialmente no estado do Amazonas.

No primeiro capítulo, examinaremos a estrutura educacional brasileira e destacaremos a relevância do ensino bilíngue. Abordaremos aspectos como a legislação educacional, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que delinea os níveis de formação no país, e as experiências pioneiras de ensino bilíngue no estado do Amazonas, incluindo iniciativas no ensino público. Além disso, exploraremos a crescente demanda por educação internacional e os benefícios percebidos desse modelo educacional.

No segundo capítulo, direcionaremos nosso foco para a Amazonas English Academy (AEA), uma instituição privada de ensino internacional em Manaus. Apresentaremos uma visão geral da AEA, sua contextualização regional e as características distintivas do currículo escolar bilíngue oferecido. Investigaremos a competitividade para ingresso em universidades, tanto brasileiras quanto estrangeiras, com base em dados comparativos de desempenho escolar entre Brasil e Reino Unido, obtidos através do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Além disso, compartilharemos os resultados de uma pesquisa realizada com os pais de alunos da AEA, oferecendo *insights* sobre suas percepções em relação ao ensino internacional.

No terceiro capítulo, analisaremos o impacto do sistema educacional brasileiro, utilizando dados fornecidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Exploraremos o papel estratégico da CNI na promoção da educação e competitividade, especialmente no contexto do Polo Industrial de Manaus. Investigaremos a interseção entre educação e mercado de trabalho, identificando as relações entre a formação educacional e as demandas da indústria na região amazônica. Ao final, ofereceremos uma reflexão sobre as implicações dessas análises para o desenvolvimento educacional e econômico do Amazonas, em especial para a capital, Manaus.

1. Sobre a Educação no Brasil e a importância do ensino bilíngue

1.1 A educação como forma de acesso à cidadania

O entendimento do conceito de cidadania na sociedade contemporânea está em constante evolução. Para compreendermos o âmbito socioeducacional responsável pela formação do cidadão e suas ações coletivas, é essencial examinar o papel do educador formador e como o acesso à educação contribui para a formação de uma interpretação coletiva do que significa participação.

No Dicionário de Políticas Públicas (FERREIRA; FERNANDES, 2013, p. 145), está afirmado que “[...] os termos cidadão e cidadania geralmente remetem ao indivíduo pertencente a uma comunidade e portador de um conjunto de direitos e deveres”. Os autores deixam claro que tal definição é genérica e levantam algumas questões, como: “[...] que direitos são esses? Eles mudam ao longo da História? Em que âmbito são exercidos?” (idem)

Direitos como liberdade de expressão, igualdade perante a lei, direito à educação, à saúde, entre outros, são alguns dos direitos que geralmente estão associados ao conceito de cidadania. Ao longo da História, os direitos associados à cidadania têm evoluído. Por exemplo, direitos civis e políticos têm sido ampliados para incluir questões sociais e econômicas em diferentes momentos.

Os direitos associados à cidadania são geralmente exercidos em vários âmbitos, como o político (participação em eleições), o social (acesso a serviços públicos) e o econômico (direito ao trabalho e à propriedade), entre outros.

Ser cidadão implica estar integrado a uma esfera amplamente consciente das ações que podemos e devemos realizar. As extensões participativas nesse contexto delineiam os limites de nossas ações. A educação, como uma ferramenta para ampliar o entendimento e a compreensão, exemplifica uma dessas extensões presentes nessa esfera perceptível. Dentro desse domínio, conceitos emergem, promovendo a compreensão tanto do ser como existente quanto do ser como participante.

Marshall (1967, p. 76) elaborou uma teoria sobre o conceito de cidadania, centrada nos acontecimentos britânicos de sua época. O autor definiu a cidadania moderna como “[...] um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao Estado”.

Exemplos que ilustram a teoria de cidadania proposta por Marshall (1967, p. 76):

- Igualdade de Direitos Civis: no contexto britânico, a extensão da cidadania moderna pode ser exemplificada pela igualdade de direitos civis concedidos a todos os membros integrais da comunidade. Isso pode incluir direitos como liberdade de expressão, liberdade religiosa e direito à propriedade.
- Participação Política: a cidadania, de acordo com a teoria de Marshall, envolve não apenas direitos, mas também obrigações pertinentes ao Estado. Portanto, a participação política, como o direito de votar e ser votado, seria um exemplo dessa igualdade de direitos e obrigações para os cidadãos britânicos da época.
- Acesso a Serviços Públicos: a cidadania moderna, conforme definida por Marshall, implica acesso igualitário a serviços públicos. Exemplos disso podem incluir educação, saúde e outros benefícios sociais disponíveis para todos os membros da comunidade, independentemente de sua origem ou status.
- Igualdade Perante a Lei: todos os membros integrais da comunidade, de acordo com essa teoria, teriam igualdade perante a lei. Isso significa que, em questões legais, não haveria discriminação com base no status social, garantindo a todos uma proteção jurídica equitativa.

Segundo Oliveira (2010, p. 22), “o consumo é uma prática material e simbólica que expressa pertencimento social, bem como reproduções e contradições sociais nas quais as relações de mercado estão imersas”. A educação, quando considerada como um consumo simbólico, vai além de suas bases utilitárias e individuais, tornando-se um fenômeno que não apenas atende a necessidades práticas, mas também desempenha um papel significativo na expressão de status e na dimensão simbólica. Em contraste com a perspectiva economicista, utilitarista e individualista, o ato de consumir revela-se como algo mais amplo e complexo devido às suas implicações sociais. Os atos de consumo assumem uma relevância simbólica crucial na formação das adequadas relações de mercado.

De acordo com essa percepção, podemos compreender que existe um conjunto de atores descritos como membros integrados de uma comunidade, que obtinham direitos e obrigações perante o Estado, porém, para que essa institucionalização fosse compreendida e efetivada, haveria alguns preceitos a serem obedecidos, mostrando assim que as extensões supracitadas deveriam ser respeitadas como pré-requisito.

Dessa maneira, podemos entender que a escolha de determinada instituição educacional pode refletir o desejo de pertencimento a uma classe social específica, evidenciando o consumo educacional como expressão de identidade e conexão social. Além disso, optar por programas educacionais renomados, não apenas pelos benefícios práticos, mas também pela reputação associada a eles, representa um ato de consumo que transcende o utilitarismo, destacando o papel do status e da dimensão simbólica na decisão educacional.

Ademais, a escolha entre instituições públicas e privadas de ensino não apenas reflete a busca por qualidade educacional, mas também evidencia as contradições sociais presentes nas relações de mercado, onde diferentes opções têm implicações distintas no acesso à educação. Participar de eventos educacionais prestigiados, como conferências ou cursos renomados, não apenas pela aquisição de conhecimento, mas também pela associação simbólica a uma elite intelectual, destaca a dimensão simbólica no consumo educacional.

Se, como diz Canivez (1998, p. 33), “a escola, de fato, institui a cidadania”, as ações e as concepções do povo enquanto sujeito político exigem “uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política” (Arroyo, 1995, p. 74).

A compreensão de que a escola é responsável por instituir a cidadania implica reconhecer que as práticas educacionais moldam não apenas o conhecimento acadêmico, mas também as atitudes, valores e habilidades cívicas dos indivíduos. A chamada de Arroyo (1995, p.74) por uma revisão profunda sugere a necessidade de redefinir as abordagens educacionais, promovendo uma educação que não apenas transmita informações, mas também estimule a participação política ativa e crítica, preparando os cidadãos para uma contribuição significativa à sociedade. Isso implica superar a tradicional separação entre a educação e a esfera política, reconhecendo o potencial transformador da educação na construção de uma cidadania plena e engajada. Em suma, podemos considerar que não devemos nos ater em discutir a formação didático-pedagógica e sua influência na formação do cidadão e de sua participação na sociedade, mas, sim, o resultado do processo educacional como um conglomerado de preparação para a vida.

Platão, em “A República” (380a.C), estabelece uma relação entre a educação e a cidadania. Delineia uma utopia pedagógica cuja realização depende de uma transformação radical do Estado. Nessa sociedade ideal, a educação corresponde ao desenvolvimento de faculdades e virtudes adequadas às funções que os indivíduos exercem e é essa adequação que produz a justiça, com cada um desempenhando, de maneira satisfatória, a função para a qual é mais apto.

Por exemplo, se um cidadão demonstra aptidão para a filosofia, seria educado de maneira apropriada e designado para desempenhar funções filosóficas na sociedade. Dessa forma, a relação entre educação e cidadania, na perspectiva de Platão, não apenas molda as capacidades individuais, mas também contribui para uma sociedade justa, onde cada indivíduo atua de maneira satisfatória em suas funções de acordo com suas aptidões naturais.

Arendt (1989; 2011) destaca que a cidadania vai além da mera pertença a uma comunidade; implica também o direito de possuir direitos, onde o primeiro se relaciona ao pertencimento a uma comunidade política e o segundo está associado ao conceito jurídico-legal, envolvendo a noção de ação do indivíduo conforme as leis. Um exemplo contemporâneo pode ser observado nos movimentos sociais que buscam reconhecimento e direitos para grupos marginalizados, como o movimento LGBTQIA+, que reivindica, não apenas a inclusão na comunidade política, mas também o direito a igualdade jurídica e à livre expressão de identidade.

Esse contexto exemplifica a dualidade apontada por Arendt (1989;2011), destacando que a cidadania não é apenas uma questão de participação, mas também de garantias legais. Nesse cenário, surge um paradigma: a cidadania plena transcende a mera inclusão na comunidade política e demanda uma equidade legal que assegure a expressão e o exercício dos direitos individuais, promovendo, assim, uma participação verdadeiramente igualitária na sociedade.

Em dois textos menos conhecidos, Kant (1995a, 1995b) define com muita clareza os elementos constituintes da cidadania moderna a partir dos princípios em que se assenta o Estado civil: “1. a liberdade de cada membro da sociedade como homem; 2. a igualdade deste com os outros, como súdito; 3. A independência de cada membro de uma comunidade como cidadão” (Kant, 1995b, p.75). Ao discutir o acesso a elementos cruciais como a educação, essa disparidade se intensifica, mesmo quando esses aspectos são institucionalizados por meio de políticas. A liberdade, igualdade e pertencimento, conforme delineados por Kant, parecem, em muitos casos, não operar de forma integrada na realidade atual, criando um desafio para a concretização plena dos princípios kantianos na prática da cidadania.

As políticas educacionais têm como objetivo, de forma explícita ou implícita, a moldagem de cidadãos democráticos, embora o conceito em si seja muitas vezes nebuloso e impreciso. A partir de Rousseau, seguindo por Dewey e Freire, existe um consenso quanto à importância da educação para o desenvolvimento da cidadania (Fischmann & Haas, 2012). Por exemplo, as abordagens pedagógicas de Dewey enfatizam a aprendizagem prática e a participação ativa, visando formar cidadãos capazes de contribuir efetivamente para a sociedade democrática. Da mesma forma, as

propostas de Freire sobre a educação problematizadora buscam capacitar os indivíduos a compreender criticamente a realidade social, promovendo uma cidadania mais consciente e engajada. Esses exemplos evidenciam como diferentes teorias pedagógicas convergem para a compreensão da educação como um meio essencial para a formação de cidadãos democráticos.

Refletir sobre a cidadania moderna implica reconhecer o Estado como um regulador que orienta essa participação. Contudo, nesse contexto, emerge uma ruptura significativa em relação ao conceito anteriormente mencionado. O enfoque estatal atual destaca-se pela seletividade, evidenciando a abertura de caminhos privilegiados para um grupo restrito, facilitando-lhes o acesso às esferas sociais. Isso sugere que, embora o acesso seja teoricamente universal, na prática, a cidadania é exercida de maneira mais acessível por esse grupo seletivo.

Diante da seletividade evidenciada pelo Estado, que restringe o acesso da sociedade a determinados espaços, surge a indagação sobre como revelar as diversas expressões culturais. Paralelamente, surge a questão de como categorizar aqueles marginalizados aos olhos do Estado, cujas oportunidades não são claramente delineadas por classe, idade, gênero e percepção. As condições para uma participação efetiva na sociedade transcendem a mera inserção em ambientes educacionais, requerendo a demonstração de que a participação singular de cada cidadão deve ser valorizada. Este investimento deve gerar um ciclo contínuo, onde a maioria alcança um impulso de transformação, reduzindo desigualdades em diversas esferas e aproximando as diferenças por meio da compreensão.

Portanto, compreendemos que, dada a variedade de influências que moldam e complementam a cidadania, a educação, ao contrário de outras esferas, destaca-se como um terreno onde o entendimento de pertencimento e participação do cidadão é aprimorado. Nesse contexto, torna-se evidente como a oferta e a gestão da educação desempenham um papel crucial.

Explorando mais profundamente essa extensão, no que diz respeito à educação como um processo libertador e integrador da cidadania, é possível conceituar de maneira mais clara como aspectos específicos e necessários são empregados para administrar a promoção da educação, demonstrando, assim, a base em que seu crescimento é fundamentado. Em última análise, a educação emerge como um fator determinante na construção de uma cidadania consciente e participativa.

1.2 A pedagogia e a educação

Como um aspecto específico que trata sobre o desenvolvimento do ser humano, a educação necessita de uma ferramenta, uma extensão e até mesmo uma etimologia específica. Assim podemos dar nome à ciência que trata sobre a educação e como essa transmissão gera impacto na sociedade.

A Educação é um processo complexo que envolve a transmissão de conhecimento, valores e habilidades de geração em geração, e desempenha um papel crucial na formação de cidadãos informados, críticos e participativos em uma sociedade democrática, bem como no desenvolvimento individual, capacitando os indivíduos a alcançarem seus potenciais máximos e contribuírem de maneira significativa para a sociedade.

Sob a ótica do princípio sistêmico organizacional de Morin (2005), a pedagogia pode ser interpretada como uma totalidade, uma emergência que se manifesta como produto das inter-relações e interações dos aportes epistemológicos de diversas áreas do conhecimento científico. Essas contribuições dinâmicas, por sua vez, convergem para a síntese integradora sistematizada pela pedagogia. Vale ressaltar que, segundo essa abordagem, o todo, representado pelo discurso pedagógico, não se confunde com as partes, que consistem nos aportes das demais ciências. Contudo, é essencial reconhecer que um não ocorre sem a colaboração do outro, indicando que o todo não se resume à simples soma das partes.

Podemos considerar, desta forma, a pedagogia como a ciência que apresenta a integração, a clareza e a ampliação de novos horizontes, e traz à luz determinados entendimentos que são necessários para o cidadão integrar a sociedade de uma forma mais participativa. A pedagogia é a ferramenta que possibilita a evolução da educação e do entendimento.

De acordo com Mazzotti (1996: 3), a pedagogia “tem sido tomada ora como tecnologia, ora como ciência, ora como filosofia aplicada” e raramente como ciência autônoma que examinaria as práticas pedagógicas. Isto porque nem sempre se aceita que uma prática possa dar origem a uma ciência ou ser uma ciência.

A pedagogia é frequentemente considerada uma ciência social, pois se concentra no estudo e na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, bem como no desenvolvimento de métodos e práticas educacionais. Ela busca entender como as pessoas adquirem conhecimento, habilidades e valores, e como os sistemas educacionais podem ser desenvolvidos e aprimorados para atender às necessidades da sociedade.

Nóvoa (em Pimenta, 1996: 74), autor português que tem se dedicado ao debate das Ciências da Educação e da formação dos educadores, ao se referir aos desafios atuais impostos ao universo educativo diz: “Doravante, não é mais admissível uma ação pedagógica que não se pautar, desde a organização de programas à sua realização e avaliação, por enquadramentos científicos e teóricos e por desenvolvimentos metodológicos extremamente elaborados do ponto de vista conceitual e praxiológico”.

Dessa forma, deparamo-nos com uma dualidade na caracterização da pedagogia como uma ciência educacional, atuando tanto no âmbito multidisciplinar, voltada para a investigação sistemática dos processos de ensino e aprendizagem, quanto na compreensão e aprimoramento dos sistemas educacionais. Seu objetivo central reside na promoção do desenvolvimento eficaz e significativo do ensino e da educação em todas as etapas, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior e a formação continuada.

Sendo a Pedagogia uma ciência aplicada de e para a prática educativa (Schmied-Kowarzik: 1983), seu objeto de estudo é a educação (escolar e não-escolar). Conforme indicação de Libâneo (2007, p.17): “[...] a pedagogia é o campo científico que faz uma reflexão sistemática sobre a prática educativa, a educação, que é o objeto de estudo da pedagogia”.

Apresentado então o conceito de pedagogia e sua relação com a educação, podemos classificá-la como um agente que transita por várias facetas da sociedade, desde a formação dos educadores para transmissão de práticas da educação, como um integralizador que une o Estado ao indivíduo e vice-versa.

A prática de união entre essas duas esferas - sociedade e Estado - trabalha com o principal foco de unificação de saberes, pertencimento e institucionalização da identidade do indivíduo como alguém que tem voz em um sistema.

Deste modo, a pedagogia também é usada como ferramenta para amplificar a educação com o objetivo de refletir sobre a situação da realidade social, mostrando como o processo de exclusão social não trata apenas a identidade e o pertencimento, mas de que forma esses apontamentos demonstram a importância de preservar uma sociedade justa, assentada no princípio de equidade.

Para isto também citamos, de uma forma mais técnica, como ferramenta prática que norteou a evolução da pedagogia no campo brasileiro, o processo de concepção na luta das políticas educacionais, que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/1996

– LDB), estruturada nas esferas atreladas à sociedade, à cidadania, à educação, à escola e ao ensino para institucionalizar de forma abrangente o acesso de todo o indivíduo.

A Educação e a Pedagogia são campos intrinsecamente interligados, que desempenham papéis vitais na formação de indivíduos e na construção de sociedades mais justas e informadas. A compreensão das teorias pedagógicas, a adaptação às mudanças sociais e a resolução dos desafios contemporâneos são essenciais para aprimorar continuamente essas áreas e promover o crescimento intelectual e social. A busca constante por melhores práticas pedagógicas e a valorização da educação como um pilar da sociedade são imperativos para o progresso humano e o avanço do conhecimento.

Resumidamente, a pedagogia é uma ciência social dedicada à compreensão e melhoria dos processos educacionais, considerando seu impacto na sociedade. Seu papel é fundamental na formação de indivíduos e na construção de uma sociedade mais informada e consciente. No contexto brasileiro, a ciência da pedagogia é orientada por uma legislação específica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

1.3 Lei de Diretrizes e bases da Educação: Os níveis de formação no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹, promulgada em 1996 sob o número 9.394, é uma legislação fundamental que define as diretrizes e bases da educação no Brasil. Essa lei tem sido a principal referência legal para a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro desde sua promulgação. Seu papel é crucial, abrangendo a definição de políticas educacionais, a estruturação dos níveis de ensino, a regulamentação da formação de professores, a gestão dos recursos destinados à educação e a garantia do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Além disso, a LDB estabelece os princípios orientadores da educação no país, como equidade, inclusão, diversidade, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática das escolas.

A trajetória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Brasil é marcada por uma série de reformas e evoluções ao longo das décadas, com diversos marcos históricos significativos, sobre os quais passaremos a discorrer.

Saviani (1997, p. 12) destaca que o Substitutivo Lacerda provocou uma alteração significativa nos rumos do projeto original, o qual inicialmente tinha como eixo central a organização de um sistema nacional de educação e a descentralização, ideias que eram respaldadas

¹https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

pela Associação Brasileira de Educação (ABE) desde a década de 30. Naquele período, essa associação representava uma voz significativa do contexto social, defendendo a democratização do conhecimento, a descentralização do ensino, e reconhecendo a escola básica e a universidade pública como direitos fundamentais do cidadão brasileiro, princípios que encontram expressão no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932).

À medida que o processo de distanciamento entre o ideal proposto e a realidade vivenciada se intensificava, surgiam divergências que resultavam na inclusão de instituições terceiras no debate. Esse cenário evidencia um processo conflituoso na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), indicando a complexidade e as disputas ideológicas que permearam a elaboração dessa legislação.

Cury (1984) realizou uma minuciosa investigação das divergências entre católicos e liberais nos anos 1930, destacando os antagonismos ideológicos durante a elaboração da Constituição Brasileira de 1934. Esses conflitos, no entanto, ressurgiram em 1947-1948 durante a formulação do projeto de lei 4.024/1961 e sua tramitação no Congresso Nacional, quando os católicos novamente se alinharam em prol do ensino privado, enquanto os liberais advogavam pelo ensino público.

Dessa maneira, com base nos aportes teóricos de Cury (1984), identificamos os intelectuais católicos e a hierarquia da Igreja como participantes do âmbito 'oficial', pois seus ideais e princípios exerceram influência nas políticas educacionais estabelecidas na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961.

- Primeira LDB (1961): promulgada em 1961 durante o governo de Juscelino Kubitschek, representou um marco significativo na história da educação brasileira. Essa legislação trouxe avanços notáveis que moldaram o sistema educacional do país. Entre suas conquistas, destacam-se a universalização do ensino fundamental, um passo crucial em direção à democratização do acesso à educação. Além disso, a criação dos Conselhos de Educação proporcionou uma estrutura mais participativa e colaborativa na gestão educacional. A LDB de 1961 também desempenhou um papel fundamental na definição de diretrizes para o ensino técnico e profissional, reconhecendo a importância da formação profissionalizante para atender às demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Esses elementos combinados refletem a visão abrangente da primeira LDB, buscando promover uma educação mais inclusiva, aberta a diferentes segmentos da população e alinhada com as necessidades do desenvolvimento nacional.

- Ditadura Militar e Reforma de 1971: No contexto da Ditadura Militar, em 1971, uma reforma educacional significativa culminou na implementação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil. Entretanto, essa reforma foi caracterizada por uma abordagem centralizadora e autoritária, refletindo a natureza do regime político vigente. A ênfase dada à Educação Moral e Cívica e o controle ideológico sobre o sistema educacional evidenciam a intenção do governo de moldar a educação de acordo com sua perspectiva política e social. A centralização das decisões educacionais nas mãos do governo central contribuiu para um ambiente de uniformidade e restrição de pensamento crítico, afetando profundamente o caráter plural e democrático do sistema educacional. Essa fase da LDB durante a Ditadura Militar reflete não apenas as mudanças estruturais na educação, mas também as tensões políticas e ideológicas presentes na sociedade brasileira desse período.
- Constituição de 1988: com o retorno à democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil foi elevada à condição de direito fundamental. Essa constituição estabeleceu importantes bases para o sistema educacional, incluindo a garantia da gratuidade do ensino público, a obrigatoriedade do ensino fundamental e a promoção da gestão democrática nas escolas. Essas mudanças refletiram um compromisso renovado com a equidade e a participação cidadã no ambiente educacional. Diante desses novos princípios constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) demandou uma reformulação para alinhar-se com as disposições da Constituição de 1988, representando um marco significativo na busca por um sistema educacional mais inclusivo, acessível e consonante com os valores democráticos da sociedade brasileira.
- Elaboração da LDB de 1996: incorporou a universalização do ensino fundamental como um compromisso essencial, buscando assegurar o acesso à educação a todos os cidadãos brasileiros. Além disso, a introdução da gestão democrática nas escolas reforçou a ideia de participação e envolvimento da comunidade na tomada de decisões educacionais. A legislação também marcou a autonomia universitária como um princípio fundamental, reconhecendo a importância da independência das instituições de ensino superior. Uma inovação significativa foi a inclusão da Educação a Distância (EaD) como uma modalidade de ensino, sinalizando uma adaptação às transformações tecnológicas e uma ampliação do acesso ao conhecimento, caracterizando a LDB de 1996 como um instrumento importante na promoção da equidade e diversidade no cenário educacional brasileiro.

Desde 1996, a LDB passou por diversas reformas, abordando temas como a educação inclusiva, a valorização dos profissionais da educação e o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas e estratégias para a melhoria educacional até 2024. Em 2005, a Lei nº 11.161 acrescentou a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola nas escolas de ensino médio, ampliando as opções de idiomas oferecidas no currículo e promovendo a diversidade linguística.

Em 2006, a Lei nº 11.274 promoveu uma mudança importante ao tornar obrigatório o ensino fundamental de nove anos. Essa alteração buscou fortalecer a base educacional das crianças, estendendo o período de escolarização nessa etapa. A Lei nº 12.796, de 2013, aumentou a carga horária mínima do ensino médio, reconhecendo a importância de uma formação mais completa e alinhada às exigências contemporâneas.

Além dessas, a Lei nº 13.005, de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceu metas e estratégias para a melhoria da educação no país até 2024, abordando questões como a educação inclusiva, a valorização dos profissionais da educação e a promoção da diversidade no ambiente escolar.

A Lei nº 13.415, de 2017, representou uma mudança substancial no ensino médio ao introduzir a flexibilização curricular, permitindo que os alunos escolham itinerários formativos de acordo com suas aptidões e interesses. Essa inovação visou uma educação mais personalizada e alinhada às demandas individuais.

Por sua vez, o ensino de língua estrangeira no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou por importantes mudanças ao longo dos anos. Duas leis específicas foram relevantes para estabelecer a obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras no currículo escolar brasileiro. A Lei nº 9.394, promulgada em 1996 e conhecida como a LDB, já previa a inclusão do ensino de língua estrangeira na educação básica, mas sem torná-lo obrigatório. Foi apenas com a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no ensino médio foi estabelecida. Essa legislação representou um avanço ao reconhecer a importância de incluir línguas estrangeiras no currículo escolar, ampliando as possibilidades de formação linguística dos estudantes. Posteriormente, com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que trouxe mudanças significativas no ensino médio, a flexibilização curricular permitiu a inserção de línguas estrangeiras de forma mais abrangente. A partir dessa legislação, o ensino de línguas estrangeiras tornou-se parte integrante dos itinerários formativos, possibilitando uma escolha mais alinhada aos interesses e às aptidões dos estudantes.

Essas leis evidenciam o reconhecimento da importância do ensino de línguas estrangeiras para a formação dos estudantes, promovendo uma abordagem mais abrangente e flexível para o desenvolvimento das habilidades linguísticas no contexto educacional brasileiro.

1.3.1 Principais pontos da LDB

Nome dado aos diferentes estágios da educação escolar brasileira, a LDB estabelece dois grandes níveis de educação escolar: a educação básica (que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) e a educação superior. As demais formas de educação abordadas pela LDB são consideradas modalidades, uma vez que podem se situar nos diversos níveis da educação escolar.

- Educação Infantil: a LDB reconhece a importância da educação infantil como a primeira etapa da educação básica e define diretrizes para sua organização.
- Ensino Fundamental e Médio: a LDB estabelece que o ensino fundamental, com duração de nove anos, é obrigatório e gratuito. O ensino médio também é obrigatório, mas não é necessariamente gratuito. Ela define as diretrizes curriculares para esses níveis de ensino, estabelecendo as disciplinas obrigatórias e a carga horária mínima.
- Ensino Superior: a lei regulamenta o ensino superior, definindo critérios para a criação de cursos e instituições de ensino superior e estabelecendo as bases para a avaliação da qualidade.
- Formação de Professores: a LDB trata da formação de professores, estabelecendo a necessidade de cursos de licenciatura para quem deseja se tornar professor e definindo critérios para a formação de docentes.
- Gestão Democrática: a lei preconiza a gestão democrática das escolas, incentivando a participação da comunidade escolar na tomada de decisões.
- Recursos Financeiros: estabelece critérios para a distribuição de recursos financeiros para a educação, garantindo que uma parcela significativa dos impostos seja destinada a esse setor.
- Inclusão e Diversidade: a LDB ressalta a importância da inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional e reconhece a diversidade cultural como um princípio a ser respeitado na educação.

- Avaliação da Educação: a lei prevê a criação de sistemas de avaliação da educação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB²).

Ao longo da evolução da LDB no Brasil, destaca-se o marco da descentralização do ensino, não apenas em relação aos níveis de ensino, mas também pela inclusão da educação de jovens e adultos, bem como a incorporação do ensino de línguas estrangeiras. Por exemplo, a descentralização se reflete na autonomia concedida às escolas para adaptarem seus currículos às necessidades locais, enquanto a inclusão da educação de jovens e adultos amplia o acesso à educação formal para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade convencional. Da mesma forma, a introdução do ensino de línguas estrangeiras, como o inglês, demonstra uma preocupação em preparar os alunos para um mundo globalizado e interconectado.

Apresentada LDB e seus campos de atuação, podemos dizer que, no contexto atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) poderia avançar em diversas áreas para melhor atender às demandas emergentes e desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Uma área crítica é a inclusão digital e o uso de tecnologias na educação. A LDB poderia ser atualizada para refletir a importância crescente da integração de ferramentas digitais no processo educacional, garantindo que os alunos estejam preparados para as demandas de um mundo cada vez mais tecnológico.

Além disso, a LDB poderia focar mais na promoção da diversidade e inclusão, reconhecendo a importância de abordar questões como gênero, orientação sexual, etnia e deficiência nas políticas educacionais. Isso garantiria que a educação seja verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade presente na sociedade brasileira. Outro aspecto relevante é a formação continuada de professores, uma vez que a dinâmica educacional está em constante evolução. A LDB poderia estabelecer diretrizes mais robustas para o desenvolvimento profissional dos educadores, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e a adaptação às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Destacamos algumas tendências e áreas em que a LDB poderia avançar ou enfrentar desafios:

- Educação a Distância (EaD): A pandemia de COVID-19 trouxe um aumento significativo no uso da educação a distância. A LDB pode estar sendo revisada ou interpretada de maneira a

² <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

se adaptar a esse novo cenário, estabelecendo diretrizes para a qualidade do ensino online e a regulamentação das atividades de EaD.

- **Inclusão e Diversidade:** Pode haver um foco crescente na inclusão de grupos historicamente marginalizados na educação, como pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas. A LDB pode estar sendo atualizada para promover políticas mais inclusivas e equitativas.
- **Currículo Flexível:** As discussões sobre currículos flexíveis e a promoção da personalização da aprendizagem podem estar em destaque. Isso poderia envolver a revisão das diretrizes curriculares da LDB para permitir maior flexibilidade nas escolas.
- **Valorização dos Professores:** A valorização dos profissionais da educação contínua sendo um desafio. A LDB pode estar sendo atualizada para garantir melhores condições de trabalho e remuneração para os professores.
- **Avaliação da Educação:** O sistema de avaliação da educação básica pode estar passando por revisões e aprimoramentos para garantir uma avaliação mais precisa e eficaz do desempenho das escolas e dos estudantes.
- **Novos Desafios Tecnológicos:** Com o avanço da tecnologia, a LDB pode estar enfrentando questões relacionadas à proteção de dados dos alunos, ética na educação digital e regulação de novas tecnologias educacionais.
- **Financiamento da Educação:** O financiamento da educação pública é uma questão contínua. Pode haver esforços para aumentar os recursos destinados à educação e garantir sua distribuição equitativa.

A LDB é uma legislação viva, sujeita a modificações e atualizações ao longo do tempo para se adequar às mudanças na sociedade e nas demandas educacionais. Ela é um instrumento importante para garantir o direito à educação de qualidade e o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Portanto, seu conhecimento e cumprimento são fundamentais para todos os envolvidos na área da educação no Brasil.

1.4 O ensino bilíngue

Nas últimas décadas, o ensino bilíngue emergiu como uma modalidade educacional em ascensão no Brasil. Esta abordagem pedagógica procura fomentar o desenvolvimento da competência em duas línguas, comumente a língua materna (português) e uma língua estrangeira, tais como inglês, espanhol, francês, alemão ou mandarim. A proposta do ensino bilíngue é preparar

os estudantes para alcançarem proficiência em duas línguas, possibilitando uma comunicação eficaz em ambientes que demandem conhecimento de ambos os idiomas. Isso se mostra especialmente relevante em um mundo cada vez mais interligado e globalizado, levando as escolas bilíngues a adotarem diversas abordagens pedagógicas para atender a essa demanda crescente.

Existem várias teorias e estudos na área da educação bilíngue que embasam nos benefícios do bilinguismo. Alguns dos principais pesquisadores e teorias incluem:

Teoria do Bilinguismo Aditivo (Cummins, 1976): Jim Cummins é conhecido por sua teoria do bilinguismo aditivo, que destaca os benefícios cognitivos e acadêmicos de ser bilíngue. Ele argumenta que a proficiência em mais de uma língua pode fortalecer as habilidades cognitivas gerais e contribuir para o sucesso acadêmico.

Teoria da Educação Bilíngue (Lambert, 1990): Wallace Lambert é um pesquisador renomado na área de educação bilíngue. Sua teoria destaca os efeitos positivos do bilinguismo na cognição, sugerindo que a aprendizagem de uma segunda língua pode aprimorar habilidades cognitivas como memória, atenção e resolução de problemas.

Estudos sobre Cognição Bilíngue (Bialystok, 2001): Ellen Bialystok é conhecida por suas pesquisas sobre cognição bilíngue. Seus estudos sugerem que a proficiência em duas línguas pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores, incluindo a capacidade de pensar de forma mais flexível e resolver problemas complexos.

Essas são apenas algumas das referências teóricas e estudos que podem fundamentar a afirmação de que o ensino bilíngue traz benefícios cognitivos, acadêmicos e uma vantagem competitiva no mercado de trabalho. O bilinguismo é muitas vezes percebido como uma exceção, associando-se a habilidade de falar duas línguas à noção de perfeição. A ideia subjacente é que um bilíngue seria uma espécie rara, capaz de se expressar, ler, escrever e compreender duas ou mais línguas com igual fluência, sem sotaque e sem qualquer traço distintivo que o diferencie de um falante monolíngue ao usar uma de suas línguas. No entanto, essa concepção não reflete completamente a realidade, pois estudos indicam que o bilinguismo está presente em quase todas as nações, abrangendo diversas classes sociais e faixas etárias. Além disso, a aquisição do bilinguismo pode ocorrer em diferentes fases da vida, resultando frequentemente em diferentes níveis de proficiência nas línguas envolvidas. (Adaptado de GROSJEAN, 1982, citado por MELLO, 1999, p. 18)

Apesar de sua oficialização, o ensino bilíngue costuma ser oferecido especialmente em escolas privadas, o que pode limitar o acesso de estudantes de famílias de baixa renda. No entanto, há um aumento na demanda por educação bilíngue e esforços para torná-la mais acessível, inclusive em escolas públicas, pois estudos mostram que o ensino bilíngue pode trazer benefícios cognitivos como melhora nas habilidades de resolução de problemas, criatividade e flexibilidade mental (MEHISTO, 2012). Além disso, o setor de educação básica apresenta distintas segmentações. Essa categorização envolve escolas com abordagem focada em conteúdo extenso, como aquelas direcionadas para preparação acadêmica visando ingresso em universidades ou instituições específicas, incluindo as de caráter militar.

Por outro lado, temos as escolas premium³, que adotam currículos flexíveis, direcionados a uma audiência pertencente a estratos socioeconômicos mais favorecidos, buscando formar cidadãos com perspectiva global e oferecendo ensino bilíngue. Para essa classificação, consultorias de mercado estabelecem um critério objetivo, considerando as escolas com mensalidades superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base em dados comparativos do ano de 2014. Apesar da natureza objetiva da classificação, as escolas premium englobam aquelas consideradas tradicionais e de alto padrão, abrangendo especialmente instituições confessionais, internacionais e as novas escolas resultantes de investimentos recentes (BARROS, 2017; CAVALCANTI, 2016; CERQUEIRA, 2017; RITTO, 2016).

No Brasil, as decisões relativas ao ensino do inglês são tomadas em duas instâncias. A primeira é a Federal. Nessa instância há três documentos fundamentais: a Constituição Federal, que garante o acesso à educação e a universalização do Ensino Básico; a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996), que regula a estrutura e define a oferta do ensino em nível nacional, estadual e municipal, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998; BRASIL, 2000), que orientam as secretarias estaduais e municipais quanto ao conteúdo a ser ensinado.

Segundo Nogueira (1998), entre os aspectos ressaltados pelas pesquisas contemporâneas que abordam as estratégias educativas das famílias, o tema da “internacionalização dos estudos” – que envolve práticas como viagens de estudo ao exterior (de curta, média ou longa duração), escolarização em sistemas de ensino internacionais localizados no próprio país de origem, ou em escolas internacionais situadas em países estrangeiros - tem merecido progressivo destaque. Não por se tratar de novidade, pois o recurso à escolarização no exterior já era prática comum entre as

³ Definição dada às escolas que oferecem metodologias de ensino inovadoras, apostam no desenvolvimento de competências socioemocionais, no forte uso de tecnologia e nos intercâmbios e experiências internacionais de alunos e equipe docente.

elites econômicas brasileiras, desde o período colonial, mas porque o recurso aparece revestido de características novas: ocorre com muito maior frequência e é detectado ainda entre outros grupos sociais, que não apenas os estratos mais elevados do ponto de vista econômico.

Segundo Flory (2008), no Brasil, antigamente as escolas bilíngues eram procuradas principalmente por famílias de imigrantes que desejavam que seus filhos crescessem em contato com sua cultura de origem (como espanhóis, italianos, franceses e alemães), ou por imigrantes em trânsito, ou seja, famílias que vinham passar um período limitado no Brasil e depois se mudariam para outros países. Esse público procurava geralmente as escolas internacionais, com currículos britânicos e/ou americanos. Hoje em dia a situação é diferente, pois a educação bilíngue passa a ser procurada também por brasileiros, surgindo então escolas regulares com imersão em inglês, o idioma mais procurado, que permitem que a criança cresça bilíngue, mesmo que não fale a segunda língua em casa.

No Brasil, os estudos apontam que, de fato, as classes média e alta estão investindo cada vez mais em educação, principalmente em escolas que possuam políticas de internacionalização do ensino (Nogueira et al., 2008; Almeida, 2015). Escolas privadas vêm modificando suas políticas educacionais de modo a responder a essas exigências parentais, o que se dá com medidas tais como a introdução precoce de aprendizagem de uma língua estrangeira, a promoção de um currículo bilíngue e o fomento a viagens para outros países para a produção de identidades internacionais (Aguilar & Nogueira, 2012).

Diversos estudos vêm sendo realizados há algumas décadas em outros países, como nos mostra o levantamento apresentado por Milroy & Musken (1995: 2-7) acerca do histórico das pesquisas sobre bilinguismo. Os referidos autores comentam que Mackey, em 1972, já fazia considerações sobre a esfera política e o estudo da diversidade de situações bilíngues ao redor do mundo, estudando o bilinguismo a partir de uma dimensão política e sociolinguística. Lambert, em 1972, já questionava o assunto a partir de técnicas da psicologia social, considerando a questão a partir de uma perspectiva sociopsicológica. Paradis, em 1978, já fazia o estudo do bilinguismo a partir de uma perspectiva neurolinguística. Sob o ponto de vista da inserção no mercado de trabalho, segundo Heller (1999), as forças do mercado internacional estão redefinindo o valor dos idiomas. Muitos jovens adotam uma perspectiva transnacional e, em muitos casos, o bilinguismo pode não apenas ser um trunfo no mercado local, mas também na comunidade transnacional mais ampla.

Desde a primeira infância até a fase adulta, o bilinguismo tem apresentado muitos aspectos positivos, sendo considerado um modelo educacional muito comum em diversos países ao redor do mundo. Mas ainda é de se questionar como as políticas de educação bilíngues mundiais expandiram os tipos de programas educacionais, adaptando-os a diferentes ideologias, objetivos e culturas locais.

De acordo com Hayden (2008), para uma escola ser considerada internacional é necessário preencher alguns requisitos: relevante inscrição de nacionalidades estrangeiras; Conselho de Administração da escola composto também por indivíduos estrangeiros; professores de múltiplas origens; um currículo que ofereça portabilidade para outros sistemas nacionais; percentual de alunos estrangeiros e alunos locais; língua de instrução; orientação do currículo em relação ao currículo do país onde a escola está localizada; o oferecimento, do ensino fundamental ao ensino médio, de aulas em língua estrangeira.

Os Estudos sobre a escolarização das elites assinalam uma tendência das famílias a investir na internacionalização dos estudos e na aquisição de um “capital internacional” (Van Zanten et al., 2015; Aguiar & Nogueira, 2012). Os serviços educacionais bilíngues foram considerados o segundo maior crescimento em faturamento no segundo trimestre de 2019 pela Associação Brasileira do Franchising⁴ (ABF, s.d.). Investimentos em escolas para as classes média e alta são uma tendência no setor de educação, em resposta à demanda por uma educação que “forme pessoas capazes de trabalhar em vários países”, de acordo com a Federação Nacional do Ensino Privado⁵ (Fenep, s.d.).

No que se refere ao entendimento do que seria o ensino bilíngue, o documento afirma que o estabelecimento deve oferecer disciplinas e atividades na língua estrangeira adotada. Esse posicionamento está alinhado à perspectiva de educação bilíngue apresentado por Hamers & Blanc (2000), segundo a qual a instrução do ensino deve ser realizada em duas línguas. A deliberação reitera, no entanto, que o ensino em um segundo idioma deve ser alocado em período complementar, para além das 800 horas-aula exigidas para a educação básica brasileira:

Art. 7º. A instituição de Educação Básica que pretenda ofertar ensino com características de escola bilíngue ou internacional, em consonância com o seu Projeto Político Pedagógico – PPP, deve: I- apresentar Matriz Curricular com carga horária de no mínimo 800 (oitocentas) horas/aula, sendo estas destinadas às disciplinas da Base Nacional Comum e Parte Diversificada, obrigatórias, ministradas na língua portuguesa e

⁴<https://www.abf.com.br/>

⁵<https://www.fenep.org.br/home/>

complementadas por outra carga horária que contemple a necessidade de ensino da língua estrangeira adotada. (Deliberação n. 341, 2013).

Especialista em escolarização bilíngue, Megale (2018) reconhece que essas primeiras tentativas de definição de parâmetros representam um avanço no cenário educacional, principalmente diante do crescimento desse tipo de estabelecimento no Brasil e da ausência de parâmetros legais em nível nacional. Contudo, ao realizar uma análise dos documentos oficiais, a autora aponta incongruências e contradições na conceitualização do bilinguismo, sob a ótica de cultura, interculturalidade, repertório linguístico e sujeito bilíngue, havendo uma visão predominantemente centrada no ensino da língua.

1.5 Uma experiência bilíngue no ensino público do Amazonas

O ensino bilíngue em Manaus, assim como em outras partes do Brasil, tem ganhado destaque nos últimos anos devido à crescente demanda por uma educação que valorize o domínio de mais de um idioma. Manaus, como uma cidade importante no contexto da região norte do país, apresenta suas próprias características e desafios relacionados ao ensino bilíngue.

Inicialmente, o domínio de uma segunda língua pode ser percebido como uma vantagem em diversos cenários, proporcionando benefícios, como a facilitação do trabalho internacional, especialmente em um mundo globalizado, o que aumenta a competitividade profissional e destaca o detentor da segunda língua como um diferencial. Além disso, essa habilidade não se restringe apenas ao âmbito profissional; ela também abre portas para oportunidades acadêmicas no exterior de maneira mais acessível.

O ensino bilíngue se refere a um modelo educacional que oferece aulas ministradas em duas línguas, geralmente a língua materna e uma língua estrangeira, como o inglês, por exemplo. Em Manaus, o inglês é uma das línguas estrangeiras mais comuns ensinadas nas escolas bilíngues, devido à sua importância global como língua de comunicação e negócios. Entretanto, o estado tem escolas públicas bilíngues em japonês, francês e espanhol, o que demonstra a importância desse tipo de aprendizado para a realidade local.

Na Zona Franca de Manaus, a relação entre bilinguismo e empregabilidade é especialmente relevante devido às características econômicas e industriais específicas da região, por ser um polo industrial com destaque para a produção de eletrônicos, eletrodomésticos, motocicletas, entre outros produtos. Nesse contexto, algumas nuances da relação entre bilinguismo e empregabilidade podem ser observadas:

1. Atuação de Empresas Multinacionais: Muitas empresas presentes na Zona Franca de Manaus são multinacionais que exportam seus produtos para mercados globais. Profissionais bilíngues são valiosos para essas empresas, pois facilitam a comunicação com clientes internacionais, participam de negociações e colaboram em projetos que envolvem equipes distribuídas globalmente.

2. Negociações e Relações Internacionais: A natureza globalizada das operações na Zona Franca implica negociações com parceiros comerciais e fornecedores de diferentes partes do mundo. Profissionais bilíngues têm uma vantagem ao lidar com contratos, acordos e comunicação em idiomas estrangeiros, contribuindo para o sucesso das transações comerciais.

3. Suporte a Clientes Internacionais: Empresas sediadas na Zona Franca podem fornecer suporte técnico, atendimento ao cliente ou assistência pós-venda a consumidores globais. Profissionais capazes de se comunicar fluentemente em mais de um idioma são essenciais para garantir uma comunicação eficaz e a satisfação do cliente em escala internacional.

4. Adaptação a Normativas Internacionais: Certas indústrias na Zona Franca, como a de eletrônicos, estão sujeitas a normativas e padrões internacionais. Profissionais bilíngues podem desempenhar um papel importante na interpretação e implementação dessas normativas, garantindo que as empresas estejam em conformidade com os requisitos globais.

5. Integração em Equipes Multiculturais: Com a presença de profissionais de diferentes partes do mundo, as empresas da Zona Franca frequentemente têm equipes multiculturais. Profissionais bilíngues têm a capacidade não apenas de se comunicar efetivamente em diferentes idiomas, mas também de entender e valorizar as nuances culturais, facilitando a colaboração em ambientes diversificados.

Portanto, na Zona Franca de Manaus, o bilinguismo não é apenas uma habilidade desejável, mas muitas vezes uma necessidade para profissionais que buscam oportunidades de emprego em setores voltados para a exportação e inseridos em contextos globais. _____ O domínio de mais de um idioma pode contribuir significativamente para a empregabilidade e o sucesso profissional nesse cenário específico.

Contudo, implementar um programa de ensino bilíngue requer recursos significativos, incluindo professores qualificados e materiais didáticos apropriados. _____ Além disso, os alunos podem enfrentar desafios para desenvolver proficiência na língua estrangeira, o que exige prática constante e apoio pedagógico.

Atualmente, o Governo do Amazonas opera nove escolas bilíngues, atendendo a quatro mil alunos em idiomas como inglês, espanhol, francês, japonês e tukano (em uma escola indígena). Para 2024, planeja-se a implementação de mais quatro escolas, abrangendo seis mil alunos.

Uma outra inovação é a expansão, também em 2024, do Ensino Bilíngue para o Ensino Fundamental em três Centros de Educação de Tempo Integral (Cetis) que já oferecem essa modalidade para o Ensino Médio. Esses centros são o Ceti João dos Santos Braga, Ceti Gilberto Mestrinho e Ceti Áurea Braga.

Em resumo, o ensino bilíngue em Manaus está em crescimento, refletindo a crescente conscientização sobre a importância das habilidades linguísticas em um mundo globalizado. A educação bilíngue pode proporcionar uma base sólida para o sucesso acadêmico e profissional dos alunos, além de promover a diversidade cultural na cidade.

1.6 O ensino internacional

Diferentemente do ensino bilíngue, o ensino oferecido por uma escola internacional no Brasil aplica a metodologia do país de origem e seu respectivo idioma. Isso significa que a grande maioria das aulas são ministradas no idioma oficial do país. No ensino bilíngue, o idioma estrangeiro tem papel secundário.

Imersos em um ambiente onde o idioma oficial é estrangeiro, os alunos se comunicam nesse idioma, estando, portanto, imersos nesse ambiente por muitas horas do dia, o que proporciona a aquisição do idioma com mais facilidade.

O ensino internacional britânico no Brasil, como o da Amazonas English Academy, refere-se à implementação de programas educacionais baseados no sistema britânico de ensino. Esse modelo segue o currículo do Reino Unido, levando a certificações reconhecidas internacionalmente, como o General Certificate of Secondary Education (GCSE) e o Advanced Level (A-level). Vamos explorar de seguida algumas das características e diferenças entre o ensino internacional britânico e o ensino bilíngue simples:

1. Currículo e Certificações:

- Ensino Internacional Britânico: O ensino internacional britânico segue o currículo britânico, que é conhecido por sua abordagem acadêmica rigorosa e estruturada. Os alunos podem se preparar para exames específicos do sistema britânico.

- Ensino Bilíngue Simples: O ensino bilíngue pode adotar diferentes abordagens curriculares, muitas vezes combinando elementos de currículos nacionais com a incorporação de aulas ministradas em uma língua estrangeira.

2. Certificação e Reconhecimento:

- Ensino Internacional Britânico: Os certificados britânicos, como o A-level, são amplamente reconhecidos internacionalmente e podem facilitar a entrada em instituições de ensino superior ao redor do mundo.

- Ensino Bilíngue Simples: A certificação pode variar dependendo da instituição e do currículo adotado, e a aceitação em instituições internacionais pode depender do reconhecimento específico. Geralmente, ocorre certificação nacional.

3. Abordagem Linguística:

- Ensino Internacional Britânico: A língua de instrução é frequentemente o inglês, e os alunos são imersos na língua desde o início de sua educação.

- Ensino Bilíngue Simples: A língua de instrução pode variar, e a abordagem bilíngue pode se concentrar em desenvolver proficiência em duas línguas, sem necessariamente seguir o currículo de outro país.

4. Metodologia Pedagógica:

- Ensino Internacional Britânico: Pode seguir uma abordagem pedagógica britânica, enfatizando a autonomia do aluno, métodos de aprendizagem práticos e avaliações contínuas.

- Ensino Bilíngue Simples: A metodologia pode ser adaptada conforme as necessidades locais, incorporando métodos pedagógicos de diferentes origens.

5. Acesso a Recursos e Apoio:

- Ensino Internacional Britânico: Os alunos têm acesso a materiais didáticos e recursos educacionais do Reino Unido, além de programas de intercâmbio e parcerias internacionais.

- Ensino Bilíngue Simples: Dependendo da instituição, os recursos podem ser adaptados para atender às necessidades da abordagem bilíngue.

Ambas as abordagens têm seus méritos e podem atender a diferentes objetivos educacionais. O ensino internacional britânico é muitas vezes escolhido por famílias que buscam uma educação

internacional reconhecida globalmente, enquanto o ensino bilíngue pode focar na preservação da língua e cultura local, incorporando elementos de um segundo idioma.

2. Amazonas English Academy (AEA)⁶: Uma experiência de ensino internacional em Manaus

2.1 Apresentação da Amazonas English Academy

A Amazonas English Academy é uma escola privada de ensino infantil, fundamental e média, que surgiu em 2004 devido ao desejo de auxiliar filhos de missionários britânicos a realizarem seus exames obrigatórios britânicos no estado do Amazonas, em vez de seus pais precisarem retornar à Grã-Bretanha para os estudos do GCSE e A-level.

O primeiro passo que a escola tomou para alcançar essa finalidade foi obter o reconhecimento do departamento de exames internacionais da Universidade de Cambridge para se tornar um centro de testes para IGCSEs e A-levels: qualificações reconhecidas mundialmente para estudantes do ensino médio em preparação para a entrada na faculdade.

O reconhecimento foi obtido em 19 de janeiro de 2004, e os primeiros alunos já haviam iniciado seus estudos para fazer IGCSEs e A-levels em maio de 2005. Mais tarde, _____ a escola obteve o reconhecimento como membro do Cambridge International Primary Program (julho de 2005), e recebe visitas a cada três anos de um representante da Universidade de Cambridge para manter esses reconhecimentos. Devido ao custo anual dos materiais administrativos associados a um Centro de Exames Internacionais, a escola decidiu verificar se havia um mercado para uma educação internacional em Manaus. Sem dúvida, ficou provado que há tal mercado, tanto entre expatriados - missionários e famílias empresariais - quanto entre brasileiros. Em julho de 2012, a AEA recebeu a creditação do Conselho de Educação Local para a aceitação dos anos 1 a 5 como uma escola brasileira oficial (embora ainda seja administrada como uma escola internacional).

O principal objetivo da escola é oferecer uma educação internacionalmente reconhecida para os alunos matriculados em um ambiente espiritualmente saudável. As seguintes qualidades são valorizadas pela instituição: honestidade, respeito, justiça, obediência, bondade, comprometimento, criatividade e amor pelo conhecimento

A escola segue o Currículo Primário Internacional de Cambridge, o Currículo Secundário Internacional de Cambridge e prepara os alunos para a universidade por meio de IGCSEs e A-levels - todos com o Cambridge International Examinations. As Avaliações Internacionais são realizadas

⁶ <https://www.escolainternacionaldoamazonas.com/>

pelo Departamento de Avaliações Internacionais de Cambridge University, na Inglaterra, e preparam os alunos para a universidade em diversos países ao redor do mundo.

Embora a maioria das aulas seja ministrada em inglês, e o português seja oferecido em três níveis (iniciante, intermediário e nativo), História do Brasil e Geografia do Brasil são oferecidos como módulos em pontos estratégicos.

A abordagem educativa da escola está focada para que os alunos desenvolvam atributos que os tornem confiantes ao trabalharem com informações e ideias, tanto as suas quanto as de outras pessoas; responsáveis por si mesmos, sensíveis e atenciosos com os outros; questionadores para desenvolverem sua habilidade de aprendizado; inovadores e preparados para novos e futuros desafios; engajados intelectual e socialmente, prontos para fazer a diferença.

A formação do ensino da AEA é formada por 04 (quatro) estágios, sendo cada um apresentado com um aspecto singular. Os quatro estágios da jornada Amazonas English Academy - Cambridge Pathway¹ - levam os estudantes, continuamente, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, incluindo a preparação pré-universitária. Cada Estágio aumenta o desenvolvimento do aluno no estágio anterior, mas pode também ser seguido separadamente, conforme se demonstra na tabela⁷ abaixo.

Cambridge Primary	Cambridge Lower Secondary	Cambridge Upper Secondary	Cambridge Advanced
5 a 11 anos*	11 a 14 anos*	14 a 16 anos*	16 to 19 years old*
Um currículo amplo e equilibrado:	Um currículo amplo e equilibrado:	Uma ampla escolha de disciplinas em:	Uma ampla escolha de disciplinas em:
<ul style="list-style-type: none">• 10 disciplinas (incluindo Inglês, Matemática e Ciências)• Sala de aula e avaliações externas	<ul style="list-style-type: none">• 10 disciplinas (incluindo Inglês, Matemática e Ciências)• Sala de aula e avaliações externas	<ul style="list-style-type: none">• Cambridge IGCSE (Mais de 70 disciplinas)• Cambridge O Level (Mais de 40 disciplinas)• Cambridge ICE Certificate	<ul style="list-style-type: none">• Cambridge International AS & A Level (55+ disciplinas)• Cambridge Pre-U (20+ disciplinas)• Diploma do Cambridge AICE• Cambridge IPO

O primeiro estágio conta como uma imersão no inglês como primeira língua, o segundo estágio possibilita aos alunos que desenvolvam seu conhecimento e suas habilidades em disciplinas essenciais e os prepara para avançarem ao Cambridge Lower Secondary e outros sistemas educacionais. Cada professor consegue monitorar o desenvolvimento do aluno através de uma série

⁷ <https://www.escolainternacionaldoamazonas.com/home-portuguese>

de avaliações de progresso, integradas ao programa Cambridge Primary. As provas Cambridge Primary Checkpoint são corrigidas pela Cambridge International, e podem ser feitas no estágio final do Cambridge Primary checkpoint, no qual o aluno receberá uma declaração de desempenho e um relatório detalhado sobre o seu rendimento.

O segundo estágio chamado de Cambridge Lower Secondary é um programa para alunos de 11 a 14 anos, que desenvolve as habilidades, os conhecimentos e a compreensão em inglês como primeira e segunda língua, matemática, ciências, Cambridge ICT Starters (Tecnologia da Informação e da Comunicação e Cambridge Global Perspectives (Perspectivas Globais).

O Cambridge Lower Secondary amplia as bases do Cambridge Primary, mas não é necessário que o aluno tenha feito o primeiro estágio (Primary), sendo oferecido em mais de 2.300 escolas e em mais de 130 países no mundo. No Lower Secondary ocorre uma progressão natural dos anos iniciais do ensino fundamental, ajudando a equipar os alunos com os conhecimentos e habilidades necessárias para programas educacionais no ensino médio, com obtenção de qualificações formais. As provas Cambridge Lower Secondary Checkpoint são corrigidas em Cambridge, e podem ser feitas no estágio final do Cambridge Lower Secondary. Ao completar o Cambridge Lower Secondary Checkpoint, o aluno receberá uma declaração de desempenho e um relatório detalhado do seu rendimento.

O terceiro estágio chamado Cambridge IGCSE visa ajudar os alunos a desenvolver conhecimento, compreensão e habilidades, tanto no conteúdo disciplinar, como também na construção do pensamento inquisitivo. Foi criado para alunos do mundo todo, inclusive para aqueles cuja primeira língua não é o inglês. Há um oferecimento de flexibilidade aos alunos para que escolham dentre as mais de 15 matérias disponíveis no Cambridge IGCSE, possibilitando que estudem aquelas que mais se adequem. As avaliações acontecem no fim do curso e oferecem diversas maneiras para que os alunos demonstrem o seu aprendizado, incluindo escrita, oral, portfólios de trabalhos e provas práticas.

Assim o Cambridge IGCSE recebe uma excelente base para estudos posteriores, incluindo Cambridge internacional AS & A Level, o diploma Cambridge AICE (Advanced International Certificate of Education), o Internacional Baccalaureate Diploma e outros programas educacionais para quem tem mais de 16 anos. Um certificado Cambridge IGCSE é reconhecido pelas principais universidades no mundo e empresas o consideram um valioso certificado de desempenho acadêmico. No Reino Unido, o Cambridge IGCSE é aceito como equivalente ao GCSE (General Certificate of Secondary Education). Uma boa nota (nota C ou acima) no Cambridge IGCSE

English as a Second Language (inglês como segunda língua) é aceita como prova de competência em língua inglesa para admissão em uma série de universidades no Reino Unido.

Em quarto e último estágio a Amazonas English Academy oferece 15 disciplinas do Cambridge Internacional A Level e os estudantes podem escolher aquelas disciplinas que mais se identifiquem, nas quais tenham apresentado bons resultados. Os alunos desenvolvem profundo entendimento das matérias que estudam, assim como o aprendizado independente e pensamento crítico, habilidades altamente valorizadas por universidades. Cambridge Internacional AS & A Levels foi criada para alunos do mundo todo, incluindo aqueles cuja primeira língua não é o inglês.

A AEA conta com centenas de estudantes que usam o Cambridge Internacional AS & A Levels todos os anos para ter acesso às principais universidades do mundo, no Reino Unido, EUA, Austrália, Canadá e Nova Zelândia.

A apresentação da AEA demonstra uma imersão programada não só no ensino, mas também na cultura. Toda matriz curricular, aulas e vivência apresentam um viés completo para que o estudante consiga identificar as diferenças culturais e a se preparar para vivenciar de forma real uma realidade planejada desde seu início nos estágios iniciais do ensino bilíngue.

Segundo Hayden (2008), as escolas internacionais consideram que em seus propósitos há características de educação cosmopolita. As escolas internacionais são lugares lógicos para procurar e encontrar o cosmopolitismo. Por exemplo, é comum que tenham, como parte do programa acadêmico, viagens nacionais e internacionais frequentes, com o intuito de possibilitar a descoberta acadêmica, a visão pluralista do mundo, além do estreitamento social. Outra forma em que se verifica o caráter cosmopolita é por meio da promoção e da valorização da participação dos estudantes em fóruns internacionais de debate, como é o caso do programa Model United Nations – MUN⁸. Nele, há simulações de situações que exigem ação diplomática internacional e os alunos desempenham papéis como funcionários da Organização das Nações Unidas – ONU, ou de outros organismos internacionais.

Assim, podemos considerar que a AEA partilha desse modelo cosmopolita, empregando não somente a língua estrangeira no currículo, mas também a forma da cultura como parte do dia a dia, desde o ensino diário na escola, como a possibilidade de convivência dos alunos em outros países, por meio de intercâmbio e afins, de uma forma imersiva prática.

⁸<https://www.un.org/en/mun>

2.2 Contextualização regional

A região amazônica, que se estende por nove países da América do Sul, destaca-se como uma das áreas mais ricas em biodiversidade do mundo, sendo predominantemente situada no Brasil. Com uma extensão geográfica impressionante de aproximadamente 6,7 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia abriga a maior floresta tropical do planeta, conhecida por sua exuberante variedade de espécies vegetais e animais. O Rio Amazonas, que dá nome à região, assume o posto de maior rio do mundo em termos de volume de água. Esse gigante fluvial, com cerca de 6.400 quilômetros de extensão, desempenha múltiplos papéis para a vida na região, servindo como via de transporte, fonte de água potável e habitat para inúmeras espécies aquáticas. O clima equatorial, caracterizado por temperaturas elevadas e alta umidade durante todo o ano, aliado à frequência de chuvas, define a atmosfera da floresta.

Entretanto, a região amazônica enfrenta desafios significativos, notadamente relacionados ao desmatamento causado pela expansão agrícola, extração de madeira e mineração ilegal. Essas atividades têm resultado em perdas substanciais de cobertura florestal, ameaçando a biodiversidade única da Amazônia. Além disso, comunidades indígenas, que desempenham um papel crucial na proteção da floresta, enfrentam impactos diretos em seus modos de vida tradicionais.

A alcunha de “os pulmões da Terra” atribuída à floresta amazônica não é apenas simbólica. Sua capacidade de absorver dióxido de carbono da atmosfera e liberar oxigênio contribui significativamente para a regulação do clima mundial. A conservação da Amazônia, portanto, torna-se uma questão global que exige esforços conjuntos de governos, organizações não governamentais e comunidades locais.

Paralelamente, a região amazônica é um tesouro de recursos naturais, incluindo minerais, petróleo e recursos hídricos. A exploração econômica desses recursos, no entanto, suscita debates intensos sobre os impactos ambientais e sociais dessa atividade. Nesse contexto, o ecoturismo tem-se destacado como uma alternativa sustentável, proporcionando aos visitantes experiências autênticas na floresta, ao mesmo tempo em que promove a consciência sobre a importância da conservação.

No âmbito educacional, o estado do Amazonas, com ênfase em Manaus, sua capital, enfrenta desafios singulares. A vastidão geográfica e a concentração populacional em áreas urbanas geram obstáculos para a expansão da infraestrutura educacional, especialmente em regiões remotas. Comunidades indígenas e ribeirinhas, em particular, enfrentam dificuldades significativas de acesso à educação de qualidade, devido à falta de escolas e transporte.

A diversidade étnica e cultural da região exige uma abordagem educacional inclusiva, que valorize e respeite as línguas e tradições das diversas comunidades indígenas e quilombolas. Instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), desempenham um papel crucial na promoção da educação na região, apesar dos desafios comuns enfrentados em todo o país, como a qualidade do ensino, a evasão escolar, a falta de estrutura adequada nas escolas e a formação insuficiente de professores. Além disso, escolas técnicas e institutos de ensino técnico têm contribuído para capacitar jovens para o mercado de trabalho, com uma ênfase especial em educação ambiental. Dada a importância crítica da Amazônia para o equilíbrio ambiental global, muitos programas educacionais na região concentram-se na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a região amazônica não apenas representa uma riqueza natural inigualável, mas também enfrenta desafios complexos e interconectados que abrangem desde questões ambientais até aquelas relacionadas à diversidade cultural e educacional. _____ A busca por soluções efetivas exige a colaboração de diversas partes interessadas, incluindo governos, comunidades locais e organizações internacionais, para garantir a preservação desse ecossistema vital e o bem-estar das populações que nele habitam.

2.3 Currículo escolar tradicional e o currículo escolar bilíngue

O currículo escolar brasileiro para ingresso na universidade é regulamentado por várias diretrizes e políticas educacionais. Nosso foco é apresentar o currículo tradicional usado na maioria das escolas públicas e privadas, posteriormente apresentar o currículo integrado de uma escola bilíngue, destacando suas especificidades em relação ao currículo tradicional e por fim, mensurar de que forma se estabelece o conceito de competitividade ligado nessas duas esferas distintas.

O currículo do Ensino Médio no Brasil é constituído por disciplinas obrigatórias, tais como Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outras, além de disciplinas optativas. Essa estrutura curricular é marcada pela flexibilidade, o que permite aos estudantes a escolha de disciplinas eletivas de acordo com seus interesses e áreas de conhecimento desejadas. Essa flexibilidade é uma característica essencial na preparação dos estudantes para o ensino superior, uma vez que lhes proporciona a oportunidade de explorar áreas de conhecimento específicas.

Uma das formas de ingresso nas universidades públicas é por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que representa uma das principais avaliações dos estudantes no Brasil. O ENEM abrange a avaliação das habilidades em Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A nota obtida no ENEM serve como critério de seleção em muitas

instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Adicionalmente, o ENEM desempenha um papel crucial em programas de financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁹ e o Programa Universidade para Todos (ProUni)¹⁰.

Muitas universidades públicas e algumas privadas, contudo, ainda utilizam provas de vestibular como parte de seus processos de seleção. Cada instituição pode ter seu próprio vestibular, com conteúdo específico relacionado aos cursos oferecidos. No contexto das políticas de ações afirmativas, muitas universidades brasileiras adotaram medidas como cotas para estudantes de escolas públicas e para grupos minoritários, a fim de promover a inclusão e a diversidade no ensino superior.

Outros programas também representam políticas mais agregadoras para o ingresso em universidades no Brasil, tais como o Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹¹, que é uma plataforma que permite aos estudantes se candidatarem a vagas em universidades públicas com base em sua nota do ENEM; e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em universidades privadas com base nas notas do ENEM e critérios de renda. Além disso, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) proporciona financiamento para estudantes que desejam cursar o ensino superior em instituições privadas.

Em síntese, o cenário de acesso ao ensino superior no Brasil é marcado por uma diversidade de mecanismos de seleção, desde vestibulares tradicionais até programas governamentais baseados nas notas do ENEM. Essas estratégias visam não apenas avaliar o conhecimento dos estudantes, mas também promover a inclusão e garantir o acesso de diferentes grupos sociais ao ensino superior.

Por sua vez, o currículo escolar bilíngue no Brasil representa uma abordagem educacional inovadora, que busca desenvolver a fluência em duas línguas desde a infância, proporcionando aos estudantes habilidades linguísticas e culturais diferenciadas. Essa modalidade educacional visa preparar os alunos para uma sociedade globalizada, na qual a comunicação intercultural e a compreensão de diferentes idiomas são habilidades valorizadas.

No contexto brasileiro, o currículo bilíngue é uma resposta à crescente importância da comunicação internacional e à necessidade de profissionais com competências multilíngues. Ao

⁹<https://sisfiesportal.mec.gov.br/>

¹⁰<https://accessounico.mec.gov.br/prouni>

¹¹<https://accessounico.mec.gov.br/>

oferecer disciplinas ministradas em duas línguas, geralmente o português e uma língua estrangeira, as escolas bilíngues buscam proporcionar um ambiente de aprendizagem rico e estimulante.

Além do desenvolvimento linguístico, o currículo bilíngue também enfatiza a compreensão cultural. A exposição a diferentes perspectivas culturais por meio do estudo de uma segunda língua contribui para a formação de indivíduos mais conscientes e abertos à diversidade.

Uma educação bilíngue oferece aos estudantes a capacidade de se comunicar eficazmente em mais de uma língua, preparando-os para carreiras internacionais e oportunidades acadêmicas no exterior. Isso é especialmente importante em um mundo cada vez mais conectado, gerando assim um leque de maiores oportunidades que cada estudante conhece desde seu ingresso nessa esfera. Além de aprender a língua em si, um currículo bilíngue geralmente inclui a exploração das culturas associadas à língua-alvo. Isso ajuda os estudantes a desenvolver competências interculturais, que são valiosas em um mundo globalizado. No entanto, apesar dos benefícios evidentes, o currículo bilíngue no Brasil enfrenta desafios, incluindo a necessidade de profissionais de educação qualificados e a adaptação de materiais didáticos. A implementação eficaz desse modelo educacional requer um compromisso constante com a formação de professores e a atualização de métodos pedagógicos.

Relata Cavalheiro (2021) que a aquisição da segunda língua, conhecida como Second-Language Acquisition (SLA), compreende tanto o campo de estudos quanto o processo de aprendizagem subsequente ou concomitante à língua materna. Esta área está inserida na Linguística Aplicada, dialogando com Psicologia, Sociologia e Pedagogia, abordando aspectos de identidade, contexto e reconhecimento cognitivo.

No Brasil, o inglês é estabelecido como disciplina de SLA na Educação Básica, sendo obrigatório nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O papel do inglês, conforme os documentos orientadores, busca colaborar na formação do aprendiz para a diversidade cultural, visando não apenas a leitura e interpretação, mas também a integração intercultural e linguística. A língua inglesa, nesse contexto, deve ser uma ferramenta para formar cidadãos globais, capazes de interagir em diferentes contextos.

Contudo, o país ainda enfrenta desafios na implementação efetiva da educação bilíngue, especialmente no ensino do inglês. Menos de 5% das pessoas com acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior são fluentes na língua estrangeira, refletindo uma defasagem na formação do aprendiz bilíngue. Essa lacuna pode ser atribuída à falta de incentivo e desenvolvimento dos professores de língua estrangeira, à visão limitada da língua inglesa como componente curricular, à

ênfase na gramática normativa em detrimento da oralidade e à predominância de abordagens tradicionais de ensino. Superar essas problemáticas é crucial para transformar a educação bilíngue no Brasil, promovendo uma abordagem mais eficaz e centrada no aprendiz, incentivando a fluência e a capacidade de comunicação efetiva.

2.4 Competitividade para ingresso nas universidades brasileiras e estrangeiras

Para ingressar em uma universidade brasileira, muitas vezes é necessário demonstrar proficiência em línguas estrangeiras, especialmente o inglês, por meio de exames como o TOEFL ou o IELTS. Um currículo bilíngue pode ajudar a preparar os alunos para esses exames.

É importante destacar que as universidades brasileiras geralmente têm requisitos específicos para admissão, e o conhecimento em línguas estrangeiras pode ser um requisito comum. Portanto, os estudantes que concluem um currículo bilíngue terão uma vantagem nesse aspecto. No entanto, é essencial que o currículo bilíngue não negligencie a educação em outras áreas, como matemática, ciências e humanidades, para garantir que os estudantes estejam preparados de forma abrangente para o ensino superior. Além disso, a educação bilíngue deve ser acessível a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, para garantir a igualdade de oportunidades educacionais.

A competitividade no acesso às universidades brasileiras é influenciada por diversos fatores, refletindo desafios significativos enfrentados pelos estudantes. Em primeiro lugar, a limitação de vagas disponíveis é um elemento central. A maioria das universidades públicas possui um número restrito de vagas para cada curso, gerando uma concorrência acirrada. Por exemplo, cursos mais renomados e concorridos, como Medicina e Direito, atraem muitos candidatos, tornando o processo de seleção ainda mais desafiador.

Outro fator relevante é a qualidade do ensino médio oferecido aos estudantes. As discrepâncias na educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas, podem impactar diretamente a preparação dos alunos para os exames de ingresso. Estudantes que têm acesso a uma educação de qualidade desde o ensino fundamental, com professores bem capacitados e infraestrutura adequada, muitas vezes têm uma vantagem competitiva.

A preparação adicional é um terceiro aspecto. Muitos estudantes investem em cursinhos pré-vestibulares, aulas particulares e intensos períodos de estudo para obterem um desempenho destacado nos exames. Essa dedicação extra pode criar uma disparidade entre aqueles que têm recursos para investir em preparação adicional e aqueles que não têm, intensificando a competição.

Além disso, as políticas de cotas também desempenham um papel significativo na competitividade. Enquanto buscam promover a inclusão de grupos historicamente sub-representados, como estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, essas políticas podem, por outro lado, gerar debates sobre equidade e justiça no acesso às vagas. O impacto dessas políticas na dinâmica competitiva varia conforme as características específicas de cada instituição e região do país.

Em resumo, a competitividade no acesso às universidades brasileiras é moldada por uma interseção complexa de fatores, incluindo limitação de vagas, disparidades na qualidade da educação básica, preparação adicional e políticas de cotas. Esses elementos, muitas vezes interligados, contribuem para um cenário desafiador em que os estudantes buscam ingressar no ensino superior no Brasil.

2.5 Comparação do desempenho escolar entre Brasil e Reino Unido de acordo com o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

O PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia o desempenho acadêmico de estudantes em diversos países. O principal objetivo do PISA é fornecer informações sobre como os sistemas educacionais estão preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo real. Os exames do PISA são aplicados a cada três anos e abrangem três áreas principais: leitura, matemática e ciências. Além de avaliar o conhecimento dos alunos nessas disciplinas, o PISA também busca entender como os estudantes aplicam o conhecimento adquirido em situações do cotidiano.

O PISA não se concentra apenas em avaliar a quantidade de informações que os alunos memorizaram, mas também examina sua capacidade de raciocinar, resolver problemas complexos e aplicar o que aprenderam em novos contextos. O programa visa fornecer uma visão abrangente das habilidades e competências dos estudantes em diferentes países e regiões do mundo. Os resultados do PISA são amplamente utilizados por formuladores de políticas, educadores e pesquisadores para compreender as tendências educacionais, identificar boas práticas, promover reformas e tomar decisões informadas sobre políticas educacionais. Em uma análise geral das diferenças no desempenho escolar entre o Brasil e o Reino Unido, podemos observar que o Brasil historicamente apresenta desafios no desempenho educacional, uma vez que os estudantes brasileiros geralmente pontuaram abaixo da média global em leitura, matemática e ciências. Fatores como desigualdades socioeconômicas, infraestrutura educacional precária e problemas no sistema de ensino podem contribuir para essas disparidades.

O Reino Unido, por outro lado, geralmente apresenta desempenho acima da média nos resultados do PISA, devido ao seu sistema educacional altamente estruturado que reflete uma tradição de excelência acadêmica. Os estudantes britânicos costumam ter pontuações mais altas em todas as três áreas avaliadas. De acordo com o gráfico abaixo, pode-se observar as disparidades nos resultados dos dois países.

ANO	JURISDIÇÃO	TODOS OS ESTUDANTES	
		MÉDIA	MARGEM ERRO
2022	International Average (OECD)	472	(0,4)
	United Kingdom	489	(2,2)
	Brazil	379	(1,6)

Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)
Program for International Student Assessment (PISA)

Fonte: <https://pisadataexplorer-pp.oecd.org/ide/idepisa>

Como se vê, as diferenças no desempenho escolar entre Brasil e Reino Unido refletem, em parte, as disparidades econômicas e sociais entre as duas nações. A qualidade da educação, a infraestrutura das escolas e os recursos disponíveis para os estudantes são fatores cruciais. Enquanto o Brasil enfrenta desafios significativos na oferta de uma educação de qualidade para todos os seus cidadãos, o Reino Unido possui um sistema educacional mais consolidado e bem estabelecido.

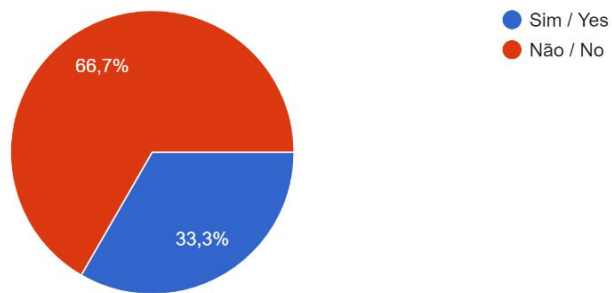
É importante ressaltar que as comparações internacionais devem levar em consideração as diferenças contextuais, culturais e estruturais entre os sistemas educacionais.

2.6 Resultados de pesquisa realizada com os pais de alunos da AEA

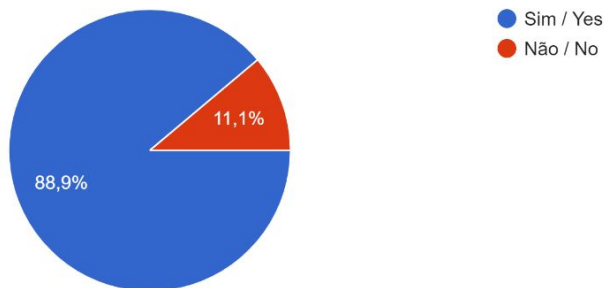
Foi aplicada uma pesquisa com pais de alunos da Escola Internacional do Amazonas, que fornece *insights* sobre a percepção do ensino internacional no contexto local. Os resultados são os seguintes:



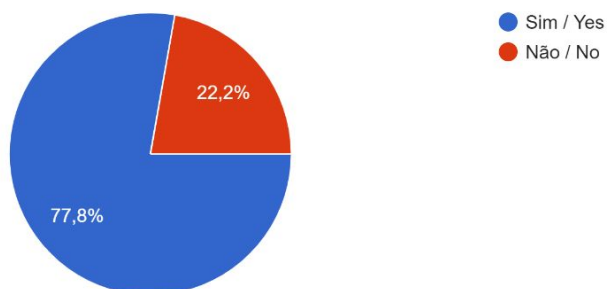
O currículo escolar atende às expectativas para o ingresso do seu filho em universidade no Brasil? Does the school curriculum meet the expectat...r your child's admission to a university in Brazil?
9 respostas



O currículo escolar atende às expectativas para o ingresso do seu filho em universidade no exterior? Does the school curriculum meet the expe...for your child's admission to a university abroad?
9 respostas

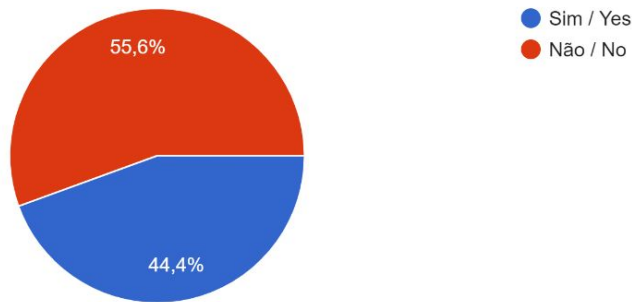


Há planos para formação superior de seu filho em universidade estrangeira? Are there plans for your child to pursue higher education at a foreign university?
9 respostas



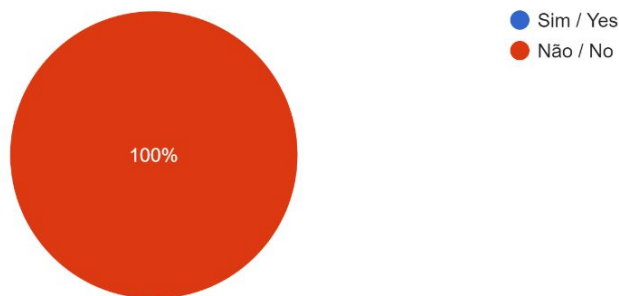
Seu filho almeja a colocação em mercado de trabalho brasileiro? Does your child aspire to enter the Brazilian job market?

9 respostas



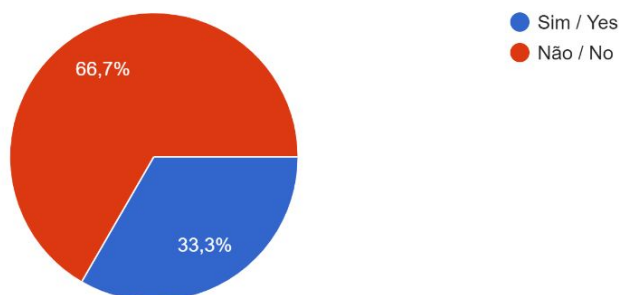
Seu filho tem algum interesse em trabalhar no Polo Industrial de Manaus? Does your child have any interest in working in the Industrial Pole of Manaus?

9 respostas



Alguém da família trabalha no Polo Industrial de Manaus? Does anyone in your family work in the Industrial Pole of Manaus?

9 respostas



Como observado, a maioria dos responsáveis optou por inscrever seus filhos nesta instituição de ensino com o intuito de proporcionar uma formação bilíngue, o que foi refletido em uma taxa de resposta de 88,9%, seguida pela possibilidade de acesso a estudos no exterior, com

66,7% dos votos. No que concerne à satisfação com os resultados obtidos, também foi predominante a resposta afirmativa, com 88,9% dos entrevistados indicando que a escola atendeu às expectativas.

Quanto ao desenvolvimento das competências na língua estrangeira, 88,9% dos pais relataram que seus filhos adquiriram fluência na expressão oral e compreensão da cultura correspondente. Em relação ao programa curricular, 66,7% dos participantes indicaram que a instituição de ensino prepara os alunos para ingressarem em universidades brasileiras, enquanto 88,9% afirmaram que também os prepara para ingressarem em instituições de ensino superior no exterior.

Em relação aos planos acadêmicos futuros de seus filhos, 77,8% dos responsáveis expressaram o desejo de que eles frequentem universidades estrangeiras, uma intenção que parece ser corroborada pelo fato de que 55,6% dos estudantes não planejam inserção no mercado de trabalho brasileiro. Quanto à importância do domínio do idioma inglês, 88,9% dos entrevistados consideraram essa habilidade como imprescindível.

Por fim, todos os entrevistados relataram que seus filhos não têm intenção de trabalhar no Polo Industrial de Manaus, embora 33,3% deles tenham indicado que atualmente trabalham no PIM.

3. Uma análise do impacto do ensino educacional brasileiro a partir dos dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹²

3.1 Confederação Nacional da Indústria

No final da década de 1980, precisamente em maio de 1988, a CNI, por meio de seu *Grupo de Avaliação da Competitividade da Indústria Brasileira*, lançou o documento “Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil” (CNI, 1988). Pressupondo que o modelo de substituição de importações mostrava-se exaurido e que o setor industrial brasileiro apresentava uma grande complexidade, a CNI buscou, com esse documento, estimular uma nova institucionalidade nacional de forma a permitir que a economia nacional alcançasse novos patamares de competitividade, definida como sendo o alcance de uma maior produtividade e de mais eficiência da indústria, garantindo assim uma maior participação do Brasil nos mercados mundiais, bem como uma maior expansão do mercado interno (CNI, 1988).

Podemos notar o conceito capitalista apresentado robustamente durante as disposições da CNI, dentro desse processo radical de competitividade do processo industriário brasileiro. Assim,

¹² <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

logo observa-se que a educação possui grande parcela na identidade desta instituição, como capital humano.

Com relação à teoria do capital humano, esta é derivada das clássicas teses de Theodore Schultz (1973) e, no Brasil, de Mário Henrique Simonsen (1975), e relaciona investimentos em educação à sua efetividade no que se refere a seus resultados produtivos. A CNI constata que, embora os investimentos no Brasil não estejam fora das margens de outros países em melhores condições, seus resultados são pífios, o que se expressa na má qualidade de nossa educação apontada nos testes internacionais, legitimados em todos os documentos da entidade.

A relação entre escolaridade e renda, já apontada no Brasil por Simonsen (1975), é um dos fatores mais determinantes da adesão dos trabalhadores a esse pensamento, o que é socialmente visível no investimento que as famílias fazem na educação das novas gerações.

Em uma abordagem de caráter mais amplo, a Confederação Nacional da Indústria desempenha um papel fundamental na promoção e defesa dos interesses da indústria no país, além de desempenhar diversas funções relacionadas ao desenvolvimento e fortalecimento desse setor-chave da economia brasileira, buscando criar um ambiente favorável para o seu crescimento e desenvolvimento, trabalhando em estreita colaboração com o governo, o Poder Legislativo e outras entidades para promover políticas industriais, econômicas e sociais que beneficiem a indústria e a economia do país com uma variedade de atividades, incluindo pesquisas, estudos econômicos e análises de políticas que ajudam a orientar a tomada de decisões do setor industrial, além de uma promoção de ações de capacitação e treinamento para a mão de obra industrial, com o objetivo de melhorar a competitividade das empresas.

A CNI também desempenha um papel importante na representação internacional da indústria brasileira, promovendo o comércio exterior e buscando oportunidades de investimento no exterior e envolve em questões trabalhistas, fiscais e regulatórias que afetam a indústria e procura garantir um ambiente de negócios propício.

Com objetivos e prospecções amplas, a CNI mantém um diálogo constante com o governo brasileiro para influenciar políticas públicas em benefício da indústria. Ela busca participar ativamente na formulação de leis e regulamentações que impactam o setor. _____ A confederação também está envolvida em questões de tributação, segurança jurídica e políticas de comércio exterior, buscando melhorar a competitividade das empresas industriais. Sua representação aborda milhares de empresas industriais de diversos setores, desde manufatura até tecnologia, energia, construção e muito mais. Ela busca atender aos interesses de uma ampla gama de indústrias.

Para a população brasileira a Confederação Nacional da Indústria (CNI) é uma instituição crucial no cenário econômico e político do Brasil, desempenhando um papel fundamental na promoção e defesa dos interesses da indústria e na busca por políticas que promovam o crescimento e o desenvolvimento desse setor essencial para a economia do país acolhendo estudos e projeções nas áreas estratégicas que resultem em um desenvolvimento geral do povo brasileiro.

Com um contexto inovador, a CNI trabalha para que novas concepções levem mais atenção, conforme consta no Mapa Estratégico da CNI (2018):

- Segurança Jurídica – os problemas derivados da insegurança em leis e regulações no ambiente de negócios se exacerbaram. Esses problemas somados à relação superposta e, por vezes, conflituosa entre poderes e entre poderes/órgãos de controle criaram uma segunda geração do Custo Brasil, com impactos expressivos sobre a produtividade. Essa agenda assume um papel prioritário no Mapa 2018-2022.
- Indústria 4.0 e a economia digital – uma mudança de ênfase importante em relação ao Mapa anterior. A velocidade das transformações que nascem das novas tecnologias demanda estratégias e respostas estruturadas por parte das empresas e do governo. As repercussões sobre a agenda são variadas e têm impacto sobre a política industrial, sobre políticas públicas e sobre a geração de novos negócios, a exemplo das fintechs¹³.
- Recursos Naturais e Meio Ambiente – surge como um fator-chave no Mapa. A redução na disponibilidade de recursos naturais e o conseqüente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Com isso, intensifica-se a demanda por novos modelos de negócios e sistemas de gestão de recursos (economia circular), bem como surgem novas oportunidades de geração de valor.
- Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior assume uma dimensão mais explícita no Mapa. O foco em políticas horizontais precisa ser complementado por estratégias coerentes de Política Industrial. A Indústria 4.0, a economia circular e os

¹³ A palavra **fintech** é uma abreviação para *financial technology* (tecnologia financeira, em português). Ela é usada para se referir a [startups](#) ou empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais, nas quais o uso da tecnologia é o principal diferencial em relação às empresas tradicionais do setor.

resultados das disputas na OMC demandam políticas novas e coerentes. Não se pode repetir os erros do passado, é preciso redesenhar as políticas com ênfase em produtividade, inovação e integração.

- Produtividade e Inovação na Empresa – os desafios da produtividade e da inovação se fazem presentes dentro das empresas. A revisão do Mapa destaca que as empresas têm que ter estratégias e ações para enfrentar esses desafios, paralelamente à ação do governo sobre os custos sistêmicos.
- Educação – o crescimento da produtividade depende da qualidade do ensino. Este, um tema antigo, é retomado com maior ênfase na articulação do ensino médio com a formação profissional; e com maior destaque para uma agenda de reformas para o ensino superior.
- Saúde – o quadro atual do sistema de saúde brasileiro, além de resultar em baixa qualidade de vida para a população, afeta negativamente a competitividade da indústria em razão da queda da produtividade do trabalho e do aumento de custos.
- Segurança pública – níveis elevados de crime e violência significam perdas tanto para a sociedade quanto para a economia de um país. Melhorar a segurança pública tornou-se crucial para melhorar a qualidade de vida da população e para aumentar a competitividade.
- Mecanismos de proteção social e produtividade – as políticas de proteção social são importantes, mas devem minimizar os incentivos contrários ao aumento da produtividade. É importante identificar tais efeitos colaterais e aperfeiçoar as políticas de forma a torná-las mais eficientes e também promover o aumento da produtividade.
- Corrupção – os problemas de corrupção geraram impactos expressivos na economia e na democracia brasileiras. Torna-se necessário elaborar políticas que criem incentivos para deter essas práticas e agir sobre a melhoria da qualidade da governança privada e pública. O desenho de políticas anticorrupção deve ser construído de modo a garantir o controle das práticas nocivas com o menor prejuízo possível à eficiência e à produtividade.

Os pontos listados corroboram a personificação de como a CNI faz de forma indireta o papel de um agente não fiscalizador, mas um conciliador exemplificando de várias formas em um cenário

internacional como diversos pontos ligados a estratégia, a educação, a qualidade e diferenciais foram em caráter micro o cidadão funcional, deste modo apresentando assim de forma intrínseca um cunho de ética empresarial justificando esse pressuposto como a formalização de uma análise macro, em termos claros, a posição de determinado país em relação aos demais.

Desta forma, a ética empresarial é em geral a ética do interesse próprio. Segundo Brandão (2006), a ética do interesse próprio é a mais adotada pelas empresas como justificativa de sobrevivência no mercado competitivo nos tempos modernos, pois os fins justificam os meios. Para o autor, a maximização do lucro seria a primeira responsabilidade da empresa e seu principal motivador. Por conseguinte, haveria uma sociedade utilitarista, guiada pelo princípio da maximização material, que elegeria o econômico como o fator do sistema de produção, ignorando o entendimento dos sistemas simbólicos no consumo (ROCHA; BARROS, 2006).

3.2 Aspectos gerais e estratégicos da CNI para a educação e competitividade

Vamos realizar um paralelo entre a influência da CNI na educação, explorando como as relações de trabalho em um determinado período estão diretamente relacionadas a esse cenário. Compreender a modernização das relações de trabalho torna-se um parâmetro fundamental para perceber o crescimento exponencial de uma sociedade.

A clareza de que a competitividade da indústria é moldada por diversos fatores permite uma análise mais precisa em escalas menores, identificando os pontos de maior adaptabilidade no trabalho e investimento que impulsionam esse desenvolvimento. Um exemplo notável é a compreensão de que uma educação clara e acessível contribui para a formação de cidadãos mais qualificados e participativos, dotados de uma perspectiva analítica ampla. Isso, por sua vez, resulta em uma aquisição valorosa para as empresas.

Neste modelo, observamos que o Brasil ocupa a 10^a posição entre 16 países no quesito educação, conforme o relatório Competitividade Brasil 2017-2018¹⁴ em comparação com nações selecionadas. Apesar dos avanços em termos de investimento e cobertura educacional, o país apresenta um desempenho deficiente quando se trata da qualidade do ensino.

Conforme indicado pela CNI (2018), aprimorar a qualidade da educação é crucial para elevar a produtividade dos trabalhadores brasileiros, uma vez que uma sólida base educacional é essencial para o desenvolvimento de competências e a aquisição dos conhecimentos necessários para a aprendizagem futura. Apesar de progressos, como o aumento do nível de escolaridade e a

¹⁴ [Competitividade Brasil - Portal da Indústria - CNI \(portaldaindustria.com.br\)](http://portaldaindustria.com.br)

redução da taxa de analfabetismo, a qualidade da educação básica no Brasil ainda se configura como uma deficiência significativa no país.

O Brasil investe em educação, destinando uma proporção do PIB comparável à de países desenvolvidos, porém, os resultados almejados ainda não foram alcançados. O país continua a ocupar posições desfavoráveis nas avaliações externas internacionais, como o Pisa, evidenciando uma defasagem significativa na qualidade educacional, especialmente no ensino médio. Apenas 58,5% dos jovens concluem essa etapa da educação básica no Brasil, e a maioria dos graduados encontra-se despreparada para o mercado de trabalho (Todos pela educação apud IBGE, 2017).

Para enfrentar esse desafio, a oferta de ensino médio articulado com a educação profissional no Brasil busca desenvolver as competências necessárias para o mundo do trabalho, visando aprimorar a qualidade dessa etapa de ensino e facilitar a inserção profissional dos jovens. A situação é agravada pela presença de um grande contingente de adultos sem a educação básica completa, sendo que na indústria, 38% dos trabalhadores enfrentam essa situação, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2017). Diante desse cenário, a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissionalizante torna-se crucial. Atualmente, apenas 2,8% das matrículas na EJA estão integradas à educação profissional, segundo o INEP (2017c), enquanto a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação é alcançar 25% até 2022. Situações como a descrita em larga escala podem conduzir o país a conceitos que se afastam do desejado no contexto da competição empresarial. Discutir competitividade implica apresentar um cenário no qual um país pode se posicionar à frente de seus concorrentes, conforme exemplificado no Anexo IX, que aborda a posição do Brasil em relação à competitividade industrial no período de 2008 a 2018.

Nesse sentido, a CNI (2018) destaca a urgência de ações, enfatizando que o Brasil não pode esperar. Torna-se essencial renovar estratégias e intensificar esforços para reverter o processo acelerado de desindustrialização que o país enfrenta. É impraticável conceber o crescimento e a prosperidade do Brasil sem um aumento significativo na produtividade.

Para atingir um novo patamar de produtividade, tanto a indústria quanto o país como um todo precisam se comprometer com uma agenda abrangente. A ideia é enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam. A CNI enfatiza que a indústria brasileira deve unir seus melhores esforços para se tornar competitiva, conquistar mercados, gerar empregos e renda, impulsionando assim o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil.

3.3 Polo Industrial de Manaus

Instituída em 1957 pela Lei n. 3.173, a Zona Franca de Manaus (ZFM) teve como propósito inicial realizar operações como armazenamento, depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza. Esses itens, provenientes do exterior, eram destinados ao consumo interno da Amazônia, bem como aos países interessados, limítrofes do Brasil, ou aqueles banhados por águas tributárias do Rio Amazonas.

No entanto, a ZFM não alcançou o impacto esperado em sua atuação inicial, que estava restrita a um porto alfandegado. Diante dessa constatação, uma década depois, o Decreto-Lei nº 288/1967 promoveu uma reestruturação significativa. Esse decreto concedeu trinta anos de incentivos fiscais específicos para a Amazônia Ocidental, abrangendo os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

O artigo primeiro desse decreto reflete de maneira clara o espírito do novo modelo adotado, indicando uma mudança significativa na abordagem da ZFM para promover o desenvolvimento econômico e industrial na região.

Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontra dos centros consumidores de seus produtos.

O modelo estabelecido pela Zona Franca de Manaus (ZFM) oferecia incentivos baseados em impostos indiretos, tais como o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a nível federal, o Imposto sobre Circulação de Produtos e Serviços (ICMS) a nível estadual, e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) a nível municipal. Dessa forma, os incentivos iniciais da ZFM eram predominantemente indiretos, e persiste até os dias atuais a vantagem de que para usufruir dos benefícios fiscais, é necessário, primeiramente, realizar a produção e, posteriormente, usufruir das prerrogativas estabelecidas pelo Decreto-Lei 288/67.

Inaugurado o modelo de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), esse apresenta fases bem distintas que acompanham as transformações na ordem econômica mundial e a política econômica brasileira:

- 1967-1974 – O Milagre Econômico Brasileiro com a Política de Substituição de Importações;
- 1975-1990 – Choque do Petróleo e seus efeitos no contingenciamento de importações com a criação dos Índices de Nacionalização para produtos industrializados na ZFM. Nesse período, a Carta Magna de 1988, por meio do Artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prorroga a vigência dos incentivos fiscais da ZFM até 2013;
- 1990-1993 – Abertura Econômica com redução do Imposto de Exportação e exposição dos produtos da ZFM a concorrência externa no mercado interno. A produção para ser regulada pelo Processo Produtivo Básico (PPB).
- 1994-2014 – Os efeitos do Plano Real sobre a Zona Franca de Manaus. A Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, prorrogou por mais dez anos os incentivos fiscais da ZFM cujo término estava previsto para 2023.
- 1995-2023 – Em seguida, a Emenda Constitucional n. 83/2014 estendeu ainda mais o prazo dos incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus até o ano de 2073. Esta prorrogação representou um importante marco para a continuidade das políticas de desenvolvimento econômico e industrial na região.

De acordo com Bomfim e Botelho (2009), os impactos econômicos da Zona Franca de Manaus (ZFM) ultrapassaram significativamente as expectativas em termos de arrecadação tributária e geração de empregos. Os investimentos realizados na ZFM provocaram uma mudança no cenário de Manaus, elevando sua população para aproximadamente dois milhões de habitantes, incluindo residentes e não residentes. A cidade, anteriormente dependente do comércio com o interior do estado do Amazonas, adquiriu uma dimensão econômica tão expressiva que o interior passou a depender significativamente de Manaus, concentrando 90% da economia amazonense.

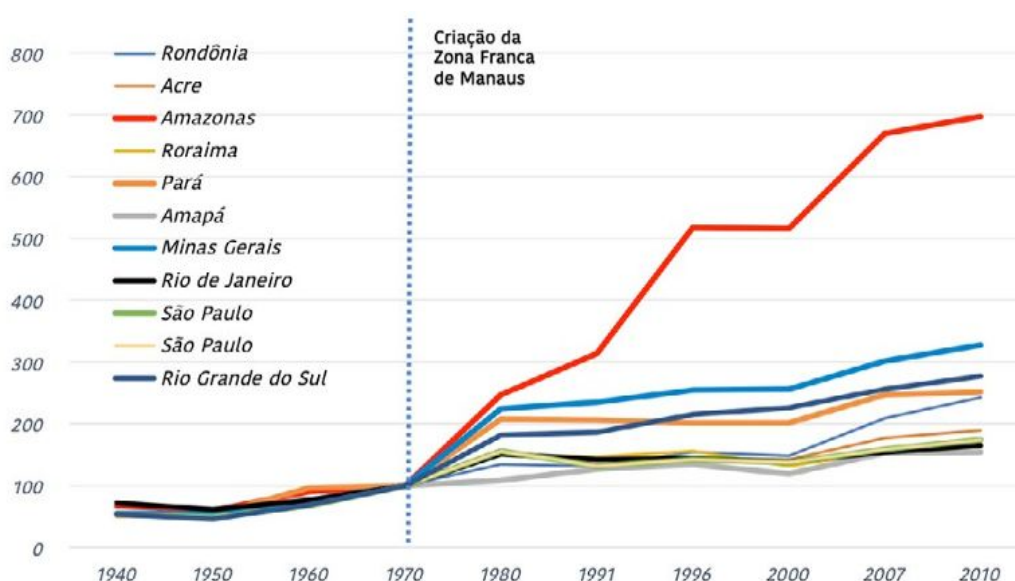
Essa hipótese apresentada por Bomfim e Botelho (2009) é corroborada pelos dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano* (2013), que destacou Manaus, a capital do estado do Amazonas, com o melhor índice entre todos os municípios amazonenses, sendo classificado como "ALTO" em uma faixa que varia de 0,700 a 0,799, alcançando o índice específico de 0,737. Esse desempenho se reflete no fato de que Manaus possui o sexto PIB per capita entre as capitais do Brasil. Nenhum município atingiu a classificação "MUITO ALTO" (acima de 0,800), evidenciando a expressiva influência da ZFM no desenvolvimento econômico e social da região.

Territorialidades	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
Manaus (AM)	0,737	0,738	0,826	0,658
Parintins (AM)	0,658	0,589	0,8	0,605
Itapiranga (AM)	0,654	0,594	0,792	0,594
Presidente Figueiredo (AM)	0,647	0,627	0,802	0,538
Itacoatiara (AM)	0,644	0,618	0,811	0,534
Tefé (AM)	0,639	0,637	0,801	0,511
Apuí (AM)	0,637	0,621	0,772	0,54
Silves (AM)	0,632	0,546	0,791	0,584
Urucará (AM)	0,62	0,551	0,754	0,575
Tabatinga (AM)	0,616	0,602	0,769	0,505
Manacapuru (AM)	0,614	0,604	0,795	0,481
Iranubá (AM)	0,613	0,607	0,799	0,476
Rio Preto da Eva (AM)	0,611	0,59	0,785	0,493
São Gabriel da Cachoeira (AM)	0,609	0,61	0,777	0,476
Humaitá (AM)	0,605	0,621	0,791	0,451
Manaquiri (AM)	0,596	0,556	0,748	0,51
Anamá (AM)	0,594	0,537	0,741	0,526
Boca do Acre (AM)	0,588	0,576	0,777	0,455
Maués (AM)	0,588	0,549	0,8	0,464
Urucurituba (AM)	0,588	0,538	0,776	0,487
Coari (AM)	0,586	0,606	0,78	0,425
Nhamundá (AM)	0,586	0,513	0,779	0,503
Manicoré (AM)	0,582	0,58	0,747	0,456
Autazes (AM)	0,577	0,539	0,799	0,446
São Sebastião do Uatumã (AM)	0,577	0,561	0,739	0,464
Barreirinha (AM)	0,574	0,469	0,774	0,522
Benjamin Constant (AM)	0,574	0,526	0,763	0,471
Novo Airão (AM)	0,57	0,551	0,776	0,434
Caapiranga (AM)	0,569	0,544	0,775	0,436
Careiro da Várzea (AM)	0,568	0,523	0,779	0,45
Boa Vista do Ramos (AM)	0,565	0,496	0,75	0,484
Codajás (AM)	0,563	0,546	0,775	0,421
Eirunepé (AM)	0,563	0,548	0,756	0,431
Anori (AM)	0,561	0,54	0,757	0,433
Amaturá (AM)	0,56	0,499	0,773	0,455
Borba (AM)	0,56	0,532	0,776	0,425
Nova Olinda do Norte (AM)	0,558	0,541	0,78	0,412
Careiro (AM)	0,557	0,515	0,779	0,431
Novo Aripuanã (AM)	0,554	0,532	0,759	0,421
Carauari (AM)	0,549	0,534	0,745	0,416
Tonantins (AM)	0,548	0,508	0,779	0,416
Guajará (AM)	0,532	0,51	0,762	0,387
Lábrea (AM)	0,531	0,538	0,744	0,374
Canutama (AM)	0,53	0,522	0,752	0,379
Fonte Boa (AM)	0,53	0,518	0,719	0,4
Alvarães (AM)	0,527	0,499	0,778	0,377
Uarini (AM)	0,527	0,535	0,724	0,378
Japurá (AM)	0,522	0,552	0,748	0,345
Juruá (AM)	0,522	0,538	0,704	0,376
São Paulo de Olivença (AM)	0,521	0,471	0,78	0,386
Jutaí (AM)	0,516	0,528	0,766	0,34
Envira (AM)	0,509	0,521	0,727	0,349
Beruri (AM)	0,506	0,512	0,731	0,346
Tapauá (AM)	0,502	0,512	0,694	0,355
Barcelos (AM)	0,5	0,545	0,728	0,315
Maraã (AM)	0,498	0,466	0,763	0,348
Pauini (AM)	0,496	0,531	0,724	0,317
Santo Antônio do Içá (AM)	0,49	0,438	0,759	0,353
Ipixuna (AM)	0,481	0,476	0,772	0,302
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	0,479	0,461	0,737	0,323
Itamarati (AM)	0,477	0,529	0,772	0,266
Atalaia do Norte (AM)	0,45	0,481	0,733	0,259

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

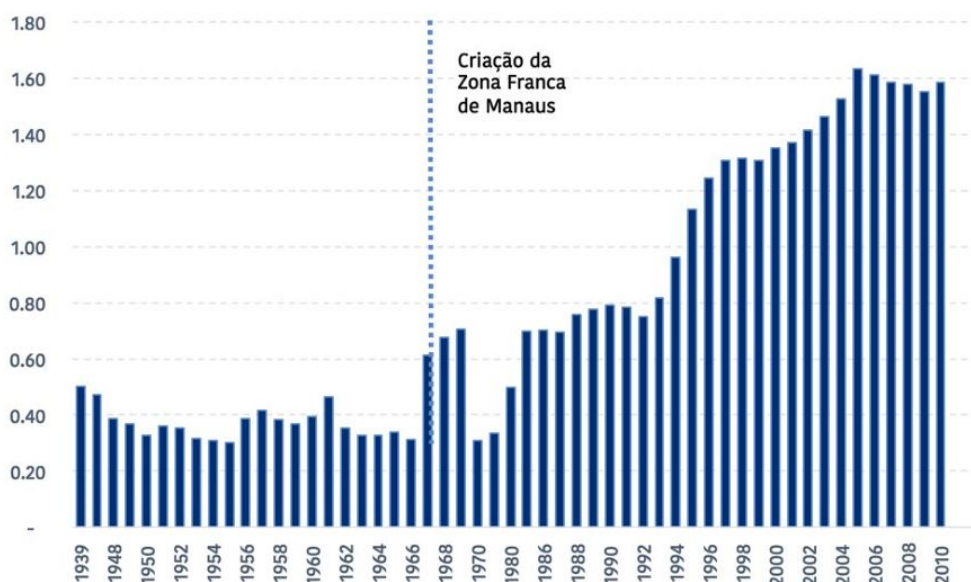
Os dados do IDH se referem a educação, longevidade e renda. Os quinze municípios listados na Tabela 1, de Parintins a Humaitá, foram classificados como Desenvolvimento Humano MÉDIO, cujo intervalo varia de 0,605 a 0,658. Os demais municípios do Amazonas, 47, foram classificados como BAIXO, cujo índice varia de 0,500 a 0,599 (40 municípios), ou MUITO BAIXO, cuja variação compreende 0 a 0,499, (7 municípios), o que explicita a concentração econômica exercida por Manaus, na condição de cidade-estado.

O crescimento do PIB per capita do Amazonas mais que dobrou desde 1990, ultrapassando o desempenho de São Paulo, Pará, Roraima e Acre. Este aumento evidencia que o programa, provavelmente associado aos incentivos da Zona Franca de Manaus, impulsionou a expansão da renda per capita do Amazonas, superando outros estados industrializados.



Fonte: IBGE, extraído do IPEADATA. Elaboração própria.

Destaca-se também a evolução da participação do PIB amazonense no PIB nacional, que aumentou mais de cinco vezes, passando de 0,3% para 1,6%, enquanto São Paulo, por exemplo, viu sua participação cair de 41% para 33% entre os anos 1970 e 2010. Esses dados refletem a importância da Zona Franca de Manaus para a economia do estado, contribuindo significativamente para o crescimento econômico e a participação no cenário nacional.



Fonte: IBGE, extraído do IPEADATA. Elaboração própria.

Ao longo de décadas, Samuel Benchimol, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), compilou estatísticas relacionadas à Zona Franca de Manaus (ZFM) e à Amazônia. O professor Benchimol expressava uma máxima sobre a ZFM, declarando que "a Zona Franca de Manaus não é um paraíso fiscal, é um paraíso do Fisco". Essa perspectiva é reforçada por Bispo (2009), que destaca que o governo é, de fato, o principal beneficiário do Modelo ZFM, dado que a arrecadação tributária é significativamente superior à massa salarial e aos lucros das empresas. Assim, entre empresários, trabalhadores e o setor público, o governo detém a maior parte do valor adicionado no Polo Industrial de Manaus (PIM).

3.4 A educação no mapa

A educação no estado do Amazonas é de extrema relevância, considerando os desafios singulares enfrentados devido à vasta extensão geográfica da região. Com uma grande parte do território ocupada pela Floresta Amazônica, aspectos específicos, como taxas de ensino por nível, acesso à educação ambiental devido à localidade e índices de analfabetismo, evidenciam a necessidade de um estudo mais aprofundado. Tais análises podem proporcionar políticas mais assertivas e ações mais concretas, estabelecendo uma conexão direta com as demandas da população.

O estado do Amazonas, apesar de ser um dos maiores em território no Brasil, possui uma população relativamente baixa em comparação com sua vasta extensão. De acordo com dados do IBGE em 2020, a população era de aproximadamente 4,2 milhões de habitantes, apresentando uma baixa densidade demográfica. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia conforme a

região, mas, em média, é inferior à média nacional brasileira. Essa realidade reflete os desafios socioeconômicos enfrentados por diversas comunidades na Amazônia. Apesar das melhorias nas taxas de alfabetização, especialmente nas áreas urbanas, o Amazonas ainda encara desafios relacionados ao analfabetismo em regiões remotas e entre as comunidades indígenas.

Mesmo com todas as dificuldades geográficas apontadas, a taxa de Analfabetismo no Amazonas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, era de cerca de 4,36% na população com 15 anos ou mais, ou seja, inferior ao percentual nacional, conforme se verifica na tabela abaixo.

Territorialidades	Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo
	15 anos ou mais de idade 2021	18 anos ou mais de idade 2021	25 anos ou mais de idade 2021
Brasil	5,19	5,45	6,26
Amazonas	4,36	4,64	5,59

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

No que se refere à educação básica, o Estado tem uma rede de ensino básico que inclui escolas estaduais e municipais. O acesso à educação básica é um desafio em áreas remotas devido à falta de infraestrutura de transporte e comunicação.

O investimento em educação no Amazonas tem sido uma preocupação, uma vez que o estado enfrenta desafios orçamentários. A alocação de recursos para a melhoria das infraestruturas escolares e a capacitação de professores é uma área de foco, pois além das provisões do que se pode considerar o básico a especificidade da região carece em instalações culturalmente adaptadas à região em questão. Isso é especialmente evidente no transporte, onde o direito não se restringe apenas ao deslocamento, mas busca proporcionar uma locomoção segura e digna, de acordo com as necessidades específicas da região.

É importante observar que a educação no Amazonas, assim como em outras partes do Brasil, está em constante evolução, e muitos esforços estão sendo feitos para melhorar o acesso à educação e a qualidade do ensino em todo o estado, especialmente nas áreas mais remotas.

3.5 Relações de trabalho no mapa estratégico do Amazonas

As relações de trabalho no contexto do Amazonas são altamente influenciadas por uma série de fatores interligados com a economia, a cultura e a geografia da região. De maneira mais clara, todo esse desenrolar é marcado pela especificidade única que a região apresenta. O Amazonas, por

ser um estado vasto, destaca-se pela grande diversidade de recursos naturais, que incluem a Floresta Amazônica, rios e uma rica biodiversidade. Esses elementos desempenham um papel fundamental na estrutura das relações de trabalho no estado.

A economia do Amazonas é fortemente influenciada pelo setor agrícola e pelo extrativismo, que envolvem a produção de culturas como a mandioca, a castanha, o açaí e a pesca. As relações de trabalho nessas atividades frequentemente envolvem mão de obra local, muitas vezes com práticas tradicionais de agricultura de subsistência e pesca. No entanto, esses trabalhadores por vezes enfrentam desafios, como baixa remuneração e falta de acesso a serviços básicos. O Polo Industrial de Manaus é um dos principais centros econômicos do estado e emprega uma grande parte da população. As relações de trabalho no setor industrial envolvem questões como direitos trabalhistas, sindicalização e condições de trabalho, especialmente devido à presença de empresas multinacionais. Há desafios em garantir que os trabalhadores tenham acesso a salários justos e boas condições de trabalho.

Nos últimos anos, a economia digital tem ganhado destaque no Amazonas, com empresas de tecnologia e startups se estabelecendo na região. Isso tem criado novas oportunidades de emprego, mas também traz desafios relacionados à qualificação da mão de obra e à adaptação a um ambiente de trabalho mais dinâmico.

O turismo, por sua vez, é uma indústria em crescimento no Amazonas, devido à sua beleza natural e à biodiversidade única. As relações de trabalho nesse setor incluem guias turísticos, hospedagem e serviços de restaurante. A capacitação e a formação desses profissionais são fundamentais para garantir experiências de alta qualidade aos turistas.

O estado abriga ainda várias comunidades indígenas e agricultores familiares, cujas relações de trabalho são marcadas pela preservação das tradições locais e da cultura. No entanto, o acesso a terras, recursos e educação ainda é um desafio para muitas dessas comunidades.

A geografia do Amazonas, com seus rios e florestas, desempenha um papel crítico nas relações de trabalho, particularmente na logística e no transporte de mercadorias. A infraestrutura de transporte é fundamental para o desenvolvimento econômico da região, criando oportunidades de emprego no setor de transporte, logística e construção. Devido à importância da Floresta Amazônica, as relações de trabalho no Amazonas estão cada vez mais relacionadas à conservação ambiental e à exploração sustentável dos recursos naturais. A criação de empregos relacionados à preservação ambiental e à gestão sustentável dos recursos é essencial para o desenvolvimento a longo prazo do estado.

As relações de trabalho no Amazonas são influenciadas por uma combinação de fatores econômicos, geográficos e culturais. É fundamental que políticas públicas e iniciativas privadas se concentrem em promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a melhoria das condições de trabalho para garantir um futuro próspero para a população do estado, modo este que só pode ser alinhado quando há um olhar específico para a população e suas necessidades de políticas endógenas, mostrando assim realmente o conceito de sustentabilidade através da biodiversidade amazônica.

Além disso, a preservação da biodiversidade e do meio ambiente deve ser uma preocupação central para as relações de trabalho na região, dada a importância global da Amazônia através da sua representação cultural, política, social e econômica.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a vantagem do ensino na Escola Internacional do Amazonas, no que tange à inserção no mercado de trabalho. Especificamente, para efeito de localizar a pesquisa, pretendeu-se visualizar a formação bilíngue/multilíngue e seus efeitos no Polo Industrial de Manaus.

Para desenvolver a pesquisa, três objetivos foram traçados: apresentar um panorama da educação no Brasil e a importância do ensino bilíngue; abordar o ensino internacional oferecido pela Amazonas English Academy (AEA); e contextualizar dados perante a realidade do polo industrial de Manaus.

A justificativa para explorar o ensino internacional, no Amazonas, repousa no fato de que, no Polo Industrial de Manaus, estão concentradas indústrias de diferentes nacionalidades, tais como, Samsung e LG. Isso torna possível um intercâmbio cultural com discentes brasileiros e de outras nacionalidades.

Dessa forma, a experiência local tende, com relação aos demais estados da federação brasileira, a propiciar não apenas a formação bilíngue, que promove uma valorização curricular, mas principalmente o entrelaçamento das culturas.

A instituição de ensino, em Manaus, escolhida para realizar a experiência bilíngue foi a Amazonas English Academy. O primeiro passo foi conhecer a estrutura da instituição de ensino, no âmbito regional, bem como o currículo escolar e os aspectos relacionados à competitividade. No desenvolvimento desse segundo objetivo, foram considerados dados consignados em escritos documentais.

No terceiro capítulo, foram analisados dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), relativos ao ensino no Brasil. A ideia foi partir do geral para particular, considerando que o repositório de informação da CNI oferta um panorama da educação e empregabilidade.

Ainda no desenvolvimento do terceiro capítulo, os dados sobre o Polo Industrial de Manaus, presentes na CNI, serviram como baliza para a elucidação do tema-problema da pesquisa, qual seja, de que forma o ensino dentro na Escola Internacional do Amazonas influencia na inserção do mercado de trabalho.

É sabido que, no desenvolvimento da pesquisa, podem surgir algumas variáveis que impossibilitam a consecução dos fins pretendidos na gênese do trabalho. Quando do projeto de pesquisa, acreditou-se que a Escola Internacional do Amazonas auxiliaria com o fornecimento dos

dados, tais como, quantidade de discentes e suas respectivas nacionalidades, bem como informações a respeito do prosseguimento em curso de ensino superior e colocação no mercado de trabalho. Contudo, não houve nenhuma informação da escola nem mesmo com relação ao perfil dos discentes, assim como não se obteve acesso aos bancos de dados dos discentes egressos.

Para viabilizar as notas conclusivas, foram aplicados formulários no Google Forms, os quais foram respondidos pelos pais e continham as seguintes perguntas: 1-O que o motivou a matricular seu filho na Escola Internacional do Amazonas? 2- A escola atingiu sua expectativa? 3 - Você considera que seu filho adquiriu habilidades com a língua estrangeira, com fluência na fala e compreensão da cultura? 4 – O currículo escolar atende às expectativas para o ingresso em universidade no Brasil? 5 – E no estrangeiro? 6 - Há planos para formação superior de seu filho em universidade estrangeira? 7- Seu filho almeja a colocação em mercado de trabalho brasileiro? 8 – Para a profissão escolhida, haverá necessidade do idioma inglês? 9 - Há algum interesse em trabalhar no PIM? 10 - Alguém da família trabalha no PIM?

Os dados obtidos evidenciam o interesse significativo dos pais na formação bilíngue de seus filhos, bem como na possibilidade de acesso a oportunidades educacionais no exterior. Além disso, a satisfação geral com os resultados alcançados pela instituição de ensino demonstra a eficácia do programa bilíngue em atender às expectativas dos responsáveis. O desenvolvimento das habilidades linguísticas e a preparação para ingresso em universidades, tanto no Brasil quanto no exterior, são aspectos valorizados pelos pais, refletindo a importância atribuída à educação internacional.

Os planos futuros dos estudantes indicam uma tendência em buscar oportunidades acadêmicas além das fronteiras nacionais, corroborando a necessidade percebida de fluência no idioma inglês. Por fim, embora uma parcela dos pais trabalhe no Polo Industrial de Manaus, há uma clara preferência por oportunidades educacionais e profissionais fora da região. Esses resultados destacam não apenas a relevância do ensino bilíngue como ferramenta de acesso a oportunidades globais, mas também a crescente valorização da educação internacional como um diferencial para o futuro acadêmico e profissional dos estudantes.

É evidente considerando as respostas dadas nos formulários, que a formação internacional possibilita além da aquisição da língua estrangeira a conexão cultural. No período de formação inicial escolar, que vai até os sete anos de idade, a criança tem maior habilidade no aprendizado, em virtude da plasticidade cerebral. Essa apreensão da diversidade é que propicia a difusão das culturas, tal como ocorre na Escola Internacional do Amazonas, que abriga discentes de diferentes

nacionalidades, os quais vieram morar no Brasil em razão de seu pai e/ou sua mãe terem sido chamados para trabalhar no Polo Industrial de Manaus.

No que tange à colocação no Polo Industrial de Manaus, não foi possível cotejar os dados dispostos na CNI, considerando que não há um acompanhamento da Escola Internacional do Amazonas em relação aos seus egressos.

Ademais, embora não tenha sido possível mensurar o impacto da formação bilíngue/multilíngue em Manaus, em razão da ausência de dados, restam evidentes as vantagens relativas ao aprendizado de uma segunda língua estrangeira e ao fortalecimento do intercâmbio cultural, que efetiva a diversidade.

Não se pode, certamente, perder de vista que há um investimento elevado na colocação em uma escola internacional privada; todavia, conforme retratado anteriormente, no município de Manaus, existem escolas públicas que oferecem ensino bilíngue em tempo integral, cuja oferta considera a posição estratégica de Manaus no cenário internacional, porquanto a Zona Franca de Manaus continua como atrativo para a fixação de fábricas estrangeiras.

Sendo assim, a formação bilíngue aumenta as chances de uma pessoa radicada no Amazonas, cuja formação tenha sido na localidade, ser inserida no Polo Industrial de Manaus. Para as empresas haveria uma drástica redução de custos, considerando que a contratação de estrangeiros para trabalhar no Polo Industrial de Manaus implica não apenas o pagamento de salário, mas também de todas as despesas com o deslocamento da família e manutenção.

Embora não tenha sido possível colacionar dados sobre a empregabilidade, a presente pesquisa é um passo inicial para estudos mais aprofundados a respeito do papel das escolas na formação de profissionais locais para ocupar posições nas empresas no Polo Industrial de Manaus.

Por conseguinte, a impossibilidade de mensurar, quantitativamente, em termos de empregabilidade dos egressos da Escola Internacional do Amazonas, é possível inferir, com olhos postos na realidade, a importância da formação bilíngue local para potencializar as chances no Polo Industrial de Manaus, ou seja, aumento dos empregos e, para as indústrias, economia na contratação de mão-de-obra, que passa a ser predominantemente local.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Rubem. Setor de educação básica entra no radar dos investidores. Revista Educação, edição 236, 3 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/setor-de-educacao-basica-entra-no-radar-dos-investidores>>. Acesso em 22 out. 2023.

BIALYSTOK, E. Bilingualism in development: Language, literacy, and cognition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BOMFIM, R.; BOTELHO, L. Zona Franca de Manaus: condicionantes do futuro. Manaus: Valer, 2009.

BRANDÃO, Marco Antonio. Discurso e prática da ética na relação comercial – um retrato dos bancos de varejo no Rio de Janeiro. 2006. 102 fl. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - PUC, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média tecnológica – Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Lei de Diretrizes e Bases. In: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio Brasileiro – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRZEZINSKI, I. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. Trabalho, Educação e Saúde, 8(2), pp. 185–206, 2010.

CAVALCANTI, Glauce. Escola para a classe A na mira dos investidores. O Globo, 23 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/escolas-para-classe-na-mira-dos-investidores-20340362>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CAVALHEIRO, U. M. Aquisição de segunda língua no Brasil: cenários e perspectivas. São Paulo: LinkedIn, 2021. Total de páginas. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-segunda-l%C3%ADngua-brasil-cen%C3%A1rios-e-marcos-cavalheiro>. Acesso em: 22/01/2024.

CERQUEIRA, Sofia. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. Revista Veja Rio, pp..18-22, 22 jan. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

CURY, CARLOS R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

CUMMINS, J. The influence of bilingualism on cognitive growth: A synthesis of research findings and explanatory hypothesis. Working Papers on Bilingualism, 1976-9, pp. 1- 42.

ESTELLES, MARTA; FISCHMAN, GUSTAVO E. Imagining a Post-COVID-19 Global Citizenship Education. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.15, e2015566, 2020.

FERREIRA, SYLVIO MÁRIO PUGA E BOTELHO, LISSANDRO. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. *Estudos Avançados* [online]. 2014, v. 28, n. 81 [Acessado 6 janeiro 2023], pp. 141-154. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200010>>. Epub 13 Ago 2014. ISSN 1806-9592.

FISCHMAN, G. E., & HAAS, E. (2012). Cidadania. *Educação & Realidade*, 37(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29473>

GROSJEAN, F. *Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Harvard University Press. Cambridge, Mass, 1982.

HAYDEN, Matthew J. Mission statement possible: what do international school's mission statements reveal about their cosmopolitan education tendencies? Columbia University, May 2008. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED510599.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

JIMENEZ, S. V. Educação, cidadania e emancipação. *Educação & Sociedade*, 2007, 28(99), pp. 609–613.

LAMBERT, W. E., Just, M., & Segatowitz, N. Some cognitive consequences of following the curricula of early school grades in a foreign language. *Monograph Series on Language and Linguistics*, 1970_23, pp. 229-279.

MAZZOTTI, TARSO B. Estatuto de cientificidade da pedagogia. In: Pimenta, S. G. (coord.) *Pedagogia, ciência da educação?* São Paulo: Cortez, 1996, pp. 13-37.

MELLO, Heloísa Augusto Brito de. *O falar bilíngue*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

MENEZES, EBENEZER TAKUNO DE. *Verbete níveis de ensino*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

MEHISTO, P. *Excellence in Bilingual Education: A Guide for School Principals*. Cambridge: CUP/Cambridge International Examinations, 2012.

PIMENTA, S.G., *Pedagogia, ciência da educação?* São Paulo: Cortez, 1996

OLIVEIRA, JOSIANE S. O “olhar” antropológico do marketing: contribuições da antropologia do consumo ao entendimento do sistema de produção de bens e do comportamento do consumidor. *Revista ADM.MADE*, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2010, v. 14, pp 21- 35, maio-ago.

RIBEIRO M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *EducPesqui* [Internet]. 2002 Jul; 28 (2): pp. 113–28.

ROCHA, Everardo; BARROS, Carla. Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 2006, v. 46, pp. 36-47.

SÁ, R. A. De. Pedagogia e complexidade: diálogos preliminares. *Educar Em Revista*, 2008 (32), pp.57–73.

SAVIANI, DERMEVAL. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

ANEXOS



ANEXO I – Sala de aula da Amazonas English Academy – AEA



ANEXO II – Prática musical na Amazonas English Academy – AEA apresentando um modelo de metodologia ativa no ensino da língua inglesa.

Fonte: <https://www.escolainternacionaldoamazonas.com/>



ANEXO III – Escola Estadual de Tempo Integral (Eeti) José Carlos Mestrinho recebe o selo Label France Education pela qualidade de ensino da língua francesa.

Fonte: <http://www.seduc.am.gov.br/escola-bilingue-da-rede-estadual-recebe-o-selo-label-france-education-pela-qualidade-de-ensino-da-lingua-francesa/>



ANEXO IV – Parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM) e a Fundação Japão para dar continuidade às atividades pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual de Tempo Integral Professor Djalma Batista



ANEXO VI – Centro de Tempo Integral João dos Santos Braga (escola bilíngue português-espanhol)

Fonte: [https://www.facebook.com/photo/?](https://www.facebook.com/photo/?fbid=4883632931757903&set=a.1028664690588099&locale=pt_BR)

[fbid=4883632931757903&set=a.1028664690588099&locale=pt_BR](https://www.facebook.com/photo/?fbid=4883632931757903&set=a.1028664690588099&locale=pt_BR)



ANEXO VII – Inauguração de Escola bilíngue português-espanhol em Manaus



Fonte: The Global Competitiveness Report 2017-2018 (WEF).

ANEXO VIII – Posição do Brasil no Ranking Global de Competitividade

